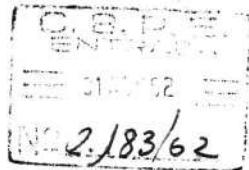


AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT  
UNITED STATES OF AMERICA OPERATIONS MISSION TO BRAZIL  
c/o American Embassy



Rio de Janeiro, Brazil

17 de agosto de 1962

Ilmo. Sr.  
Dr. Anísio Teixeira  
DD Diretor do INEP  
Ministério da Educação e Cultura  
Nesta



Prezado Dr. Anísio:

Apraz-me encaminhar a V.Sa. cópia do relatório de viagem apresentado à Presidência da Câmara dos Deputados pela Comissão de Educação e Cultura que visitou os Estados Unidos recentemente a convite do Departamento de Estado Norte-Americano.

Cordiais Saudações,

*Arthur F. Byrnes*

Arthur F. Byrnes  
Chefe da Divisão de Educação  
USAID/B

A/R. Lucia para preparar uma carta  
agradável e depois enviar ao CBPE -  
para o seu envio em 22/8/62

ao CBPE - at. Boletim e Serviços  
de Documentação em 29/8/62

a DDI P  
u. 2.62  
Helo 85

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

NOS ESTADOS UNIDOS

Participantes: Deputados LAURO CRUZ

CARDOSO DE MENEZES

DIRCEU CARDOSO

YUKISHIGUE TAIURA

LENOIR VARGAS

ABEL RAFAEL

BADARÓ JR.

Secretário, JOSÉ AUGUSTO GUERRA

- Por intermédio da Presidência da Câmara dos Deputados, a Comissão de Educação e Cultura recebeu convite do Governo norte-americano para visitar os Estados Unidos. Este é o Relatório de viagem determinado pelos integrantes da Comissão e elaborado com base nas anotações dos encontros com personalidades norte-americanas, debates, conferências, visitas, no período de 19 de março a 17 de abril de 1962.

\* \* \*

1962

## S U M Á R I O

### DE BRASÍLIA A WASHINGTON

Educação e Ponto IV.....	3
Os EUA descobrem a América Latina.....	6
À margem do itinerário.....	8
Almoço no Capitólio.....	9
O homem não é só máquina.....	10
Um mundo de 60 línguas.....	12
Breve conversa com um Ministro.....	14
Panorama da educação.....	15
Curso superior e salários.....	18
Três lugares comuns.....	20
N.E.O., uma organização centenária.....	21
Na maior biblioteca do mundo.....	24
O Embaixador descreve o Brasil.....	25
Um plano de US\$ 490 milhões.....	27
Uma junta governa Washington.....	28
Cocktail party na Embaixada.....	30
Analfabetismo preocupa a U.P.A.....	30
Faltam planos.....	33
Inflação alarmante .....	34
Almoço no Salão Jefferson.....	37
Voz da América.....	37
Georgetown e Howard vistas de relance..	38

### SAN FRANCISCO

Um pouco de turismo.....	41
No State Capitol.....	43
Roteiro: três escolas.....	46
Uma casa portuguêsa.....	49
San Francisco: a chave da cidade.....	50
Problemas de educação.....	50
Almoço preparado por alunos.....	52
Aula sobre educação.....	53

Stanford Research Institute.....	56
Um bolsista do S.R.I.....	57
Na Casa de Bolivar.....	59
Genese de uma universidade.....	61
The Hoover Tower.....	62
No Oakland City College.....	64
Greves, educação e salários.....	64
Uma carta de Cesar Lattes.....	67
LOS ANGELES	
Cerritos College.....	69
Escola rural em Tustin Union.....	70
Jantar na Universidade.....	72
Espírito universitário.....	72
Um sistema pluralístico.....	73
Uma época de transição.....	76
Formação de professores.....	77
Empreço para estudantes.....	78
Hollywood.....	81
DALLAS	
Na Southern Methodist University.....	84
Os dez mais em educação, no Texas.....	86
O problema racial visto por um professor negro.....	87
Kaufmann: escolas e fazenda.....	92
MADISON	
Campus, land grant e almoço.....	94
CHICAGO	
Universidade de Chicago.....	99
BOSTON	
The First National Bank of Boston.....	106
Em Harvard.....	107
Em casa do cônsul.....	109
DE VOLTA A WASHINGTON	
Impressões de viagem.....	111

DE BRASÍLIA A WASHINGTON

- OS senhores estão chegando com a primavera - diz em castelhano Mr. Xavier Bray, do Governmental Affairs Institute , na sala 5 524, do edifício onde funciona o Department of State do governo norte-americano, em Washington.

Pela primeira vez a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados está reunida nos Estados Unidos. Primeira reunião de uma série que se estenderia por um mês inteiro, pontuada de encontros, conferências, visitas, recepções, viagens.

20 de março. Manhã de terça-feira que muito pouco tem de primaveril, para quem havia deixado o Galeão a 30 graus e enfrenta a 4 graus centígrados os últimos dias de inverno. Mas a sala de conferências, confortavelmente iluminada, é morna e acolhedora.

Estamos diante de nossos anfitriões. Somos oito dos dez convidados, três meses atrás, pelo Department of State, por

intermédio de D. Eugene Delgado Arias, Encarregado de Negócios da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília. Na qualidade de Presidente da Comissão, o deputado Coelho de Souza considerou mais conveniente adiar a viagem, tendo em vista a necessidade de presença, na Câmara, ao fim do ano legislativo; e também porque não fosse muito oportuno sair do cálido verão brasileiro para enfrentar o inverno de dezembro. E por três meses se prorrogou a partida.

Os entendimentos foram reiniciados durante fevereiro, mês de convocação extraordinária do Congresso Nacional, diretamente com Mr. Philip Raine, novo encarregado de Negócios da Embaixada dos Estados Unidos. E as providências se aceleraram. Ofícios. Data exata da viagem. Nome completo, ligeiros traços biográficos, informações que se resumiam em uma página, à maneira de perfil.

Ocorreu, no entanto, que nem todos os perfilados confirmaram presença para o embarque, domingo 18 de março. Com a desistência dos deputados Aderbal Jurema e Plínio Salgado, foram convocados os suplentes. À véspera da viagem uma notícia foi recebida com pesar: a ausência do deputado Coelho de Souza, por motivo de doença em pessoa da família. Também cancelaram a viagem os deputados Campos Vergal e Nelson Omegna.

Quando o Boeing 707 da VARIG decolou rumo a New York, da Comissão de Educação e Cultura estavam presentes a bordo os deputados Lauro Cruz (UDN, São Paulo), que assumiu a liderança do grupo, Cardoso de Menezes (UDN, Guanabara), Dirceu Cardoso (PSD, Espírito Santo), Lenoir Vargas (FSD, Santa Catarina), Yukishique Tamura (PSD, São Paulo), Abel Rafael (PRP, Minas Gerais) e Badaró Júnior (PSD, Minas Gerais). Para acompanhar e registrar a viagem, participou da comitiva o Sr. José Augusto Guerra, secretário da Comissão.

Educação e Ponto IV

COM microfones especiais no ouvido, que permitem a tradução simultânea pelos intérpretes, passamos a ser apresentados aos nossos anfitriões, altos funcionários da Agency for International Development (AID), além de Mr. Bray: Dr. Stewart M. Patterson, diretor do Education and Health Training Branch; Mr. Harris Dawson e Mr. M. C. Mapes, do setor de Assuntos Brasileiros, de que é diretor o primeiro; Miss Muriel Leach, da Divisão de Educação, setor da América Latina; Mrs. Isabel S. Galloway e Miss Viola Brothers, da Division of International Training. Nossos intérpretes: Mr. Walter O. Kemmsies, Miss Sylvia Moraes e Mrs. Leda Duncan, todos brasileiros.

Mr. Harris Dawson é o primeiro a falar. Revela ser intenção da AID mostrar aos representantes federais da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, como funciona o sistema educacional dos Estados Unidos.

Reafirma o que havíamos ouvido de Mr. Francis Vincent Soporito, Chefe da Divisão de Treinamento do Ponto IV, às vésperas de nossa partida do Rio de Janeiro, na Embaixada Americana.

Mr. Soporito falou então da viagem:

- Os senhores estão convidados pelo governo dos Estados Unidos para conhecer o sistema educacional lá adotado. Organizamos um programa, do qual não tenho, no momento, conhecimento em seus detalhes, mas posso antecipar que a viagem inclui no itinerário, além de Washington, San Francisco, Los Angeles, Dallas, Chicago e New York. Às onze horas da manhã de segunda-feira, aproximadamente, os senhores chegarão a Washington. Na primeira semana irão entrar em contacto com as repartições oficiais que estão patrocinando a

viagem. Certo, é do maior interesse de nosso governo esse estreitamento de relações de amizade, dentro da velha e sempre nova política de boa vizinhança que tem consolidado a união das Américas. E a gora que os senhores acabaram de aprovar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, julgamos que seria proveitoso, na qualidade de legisladores e também de educadores, conhecer de perto o que fizemos e estamos fazendo em matéria de ensino. Daí o objetivo da viagem, cuja significação maior poderá ser explanada pelo Prof. Anísio Teixeira, aqui presente para dar aos senhores as boas vindas.

O Prof. Anísio Teixeira disse que não tencionava antecipar juizos em torno do que iríamos presenciar, mas considerou da maior conveniência salientar dois pontos essenciais:

- O sistema de educação norte-americana é autônomo; direi mesmo os sistemas de educação, tal a pluralidade existente nos Estados Unidos. É uma situação inteiramente diversa da brasileira, onde quase tudo se subordina a uma autoridade central, cujo órgão de cúpula é o Ministério da Educação.

Curioso observar que essa pluralização de sistemas não tem revelado, ao fim de tantos anos, sinais de decadência. E acredito que isso decorre do fato de que a educação norte-americana traz um sentido ético revolucionário. Não se confunde educação com bem-estar; não se educa apenas para tirar o homem da ignorância. Não se busca o conhecimento pelo prazer do próprio conhecimento. Nos Estados Unidos, a educação visa a dar ao homem, além do saber, condições que lhe permitam, na sociedade, certa estabilidade, certa segurança. Não se procura educar para selecionar, mas para tornar possível a todos igualdade de oportunidade, ao longo da vida. Nesse ponto, os Estados Unidos se afastaram da Europa, cujo conceito

básico de educação é ainda o seletivo. Na verdade, o problema importante do ponto de vista social, para os norte-americanos - o de dar a todos igualdade de oportunidade - problema que se ajusta ao conceito da democracia política, vem tornando possível uma revolução autêntica e de tal importância que se apresenta em nossa época como força de extraordinário valor na luta contra o comunismo. Em resumo, não é a educação um elemento subsidiário, visando a formar uma elite selecionada a rigor, na base de maior ou menor aproveitamento durante o currículo, mas um dos pontos de apoio do sistema econômico e social dos Estados Unidos, fundado na melhoria de condições do homem, a quem se deve proporcionar o que ele necessita para viver amplamente o conceito de liberdade e bem-estar; liberdade e iguais oportunidades para todos.

Trocaram-se, a seguir, impressões. Elementos estatísticos são revelados, enquanto se admitia a possibilidade de incluir no roteiro um ou outro setor técnico (aprendizado industrial e agrocola) a ser visitado.

Mr. Soporito atalhou:

- Em Washington essas e outras sugestões poderão ser a presentadas. Não será difícil visitar Harvard e o Massachusetts Institute of Technology (MIT); e em Madison o problema de formação técnica rural (Universidade de Wisconsin) vem merecendo estudos especiais. Talvez Detroit.

Fêz uma pausa e sugeriu que não dispúnhamos de muito tempo para cuidar das passagens, regularizar o visto no passaporte, transformar cruzeiros em dólares. Não tardamos em formar um grupo com Mr. Soporito e Mr. Arthur Byrnes, Superintendente da Divisão de Educação do Ponto IV (agora, Programa de Aliança para o Progresso), para receber o flash do fotógrafo.

Os EUA descobrem a América Latina

MR. Dawson apresenta Mr. Stewart M. Patterson, um dos responsáveis pelo sistema de bolsas, em todo o mundo. Mr. Patterson resume o propósito das bolsas que o governo dos Estados Unidos proporciona, dizendo que o objetivo é melhorar a capacidade do indivíduo, de modo que possa ele, cada vez mais, ser útil à comunidade.

- Os senhores terão oportunidade de verificar esse aspecto no decorrer da viagem. Damos um valor extraordinário à educação, em todas as atividades. De qualquer modo, os senhores vão ver; e depois desejamos obter sugestões sobre o que realizamos em matéria de educação.

Miss Leach, com a palavra, dispõe-se a contar como nasceu e amadureceu o sistema de bolsas. Foi em plena II Guerra Mundial.

- Em que ponto a educação poderá ajudar o esforço de guerra? Esta a pergunta que se faziam os experts, há 20 anos - informa Miss Leach. Realmente, a América Latina não estava preparada para os estudos tecnológicos. Mas alguma coisa devia ser feita. E assim surgiu uma dotação especial aprovada pelo Congresso norte-americano, para início do plano de auxílio técnico.

Prosegue informando que havia condições a cumprir. Optou-se por uma forma de administração e financiamento com responsabilidade de ambos os países. O governo dos Estados Unidos atendia ao país que solicitasse auxílio, entregando a responsabilidade da tarefa a um homem experiente. A outra fase era o aperfeiçoamento de técnicos desses países nos Estados Unidos, para treinamento. Isto sem falar nos seminários, na formação de equipes técnicas.

Em sua maioria os pedidos se relacionavam com a assistência rural, principalmente no setor do ensino primário. Em três pontos principais se baseava o programa de assistência: 1) treinamento de professores visando a melhorar os métodos de educação da criança; 2) desenvolver o ensino com fins de melhoria da comunidade; 3) aproveitar material escolar do próprio local de ensino.

Miss Leach conta que em determinada região do Paraguai as crianças não conheciam giz escolar. E sairia realmente muito dispendioso importar o material para atender àquela comunidade. Então se procurou fazer um levantamento mineralógico da região, com vista a qualquer espécie de calcáreo. O que se encontrou, depois de várias experiências, permitiu a instalação de uma indústria de giz, que hoje atende às necessidades locais.

- A A.I.D. está se desenvolvendo largamente - continua Miss Leach. Na Venezuela estamos introduzindo nova espécie de bolsa: findo o colégio, prepara-se o aluno para a universidade. Quanto ao Brasil, há um acordo entre a Universidade de Michigan e a Universidade de São Paulo nos setores de engenharia naval e arquitetura. Em seis países estamos engajados na campanha contra o analfabetismo. O principal problema a enfrentar tem sido o da falta de escolas.

Mr. Dawson lembra pedido recente do governador Cid Sampaio (Pernambuco) para combater o analfabetismo. Durante dois anos serão empregados US\$ 2 800 000. É possível que outros Estados nordestinos venham a ser beneficiados.

- A meu ver, o Nordeste deve merecer a maior atenção, em virtude do alto índice de pauperismo - diz Mr. Dawson.

- Mas outras áreas do Brasil também padecem de pauperismo-

comenta o deputado Lenoir Vargas, lembrando-se de Santa Catarina.

- A atenção de nossos técnicos pelo Nordeste é apenas o começo - responde Mr. Dawson. - Praticamente, a A.I.D. está começando.

Mrs. Isabel Galloway intervém para dizer que é chegada a hora do café. E em vez do cafèzinho, entramos em contacto com o que nos Estados Unidos é uma instituição: o coffee and cream.

#### A margem do itinerário

Mr. Xavier Bray pede que consultemos o roteiro distribuído no intervalo para o café.

- Os senhores dispõem de um tempo realmente escasso. Ainda assim, creio que terão oportunidade de conhecer o funcionamento de nosso amplo sistema educacional. De modo que sábado próximo os senhores estarão em San Francisco; depois em Sacramento, Oakland e Los Angeles; a seguir, Dallas e Chicago; e de volta, Washington e New York. Creio que nesse roteiro os principais aspectos da educação norte-americana poderão ser observados.

Sem nenhuma preocupação de confronto, o deputado Lauro Cruz alude ao problema dos profissionalmente deslocados, depois da conclusão do curso secundário. No Brasil, dos 9/10 que concluem o curso secundário, 1/10 se encaminha para o ensino agrícola e industrial, e 1/10 vai para as universidades. O governo vem se empenhando em atenuar um dos preconceitos mais sérios da educação brasileira: o ensino industrial é considerado inferior ao ensino médio.

- Não enfrentamos esse problema - diz Mr. Bray. E não o enfrentamos porque nossa industrialização não deixou margem para que tal preconceito surgisse.

- E tanto nos ressentimos com a pobreza de técnicos industriais - esclarece o deputado Lauro Cruz - que, exemplo dos mais recentes, os engenheiros em aeronáutica de São José dos Campos não dispõem de funcionários especializados.

Outros pontos foram motivo de referências: Mr. Bray informa ao deputado Abel Rafael que em Wisconsin há escolas de agro-nomia e de ciências econômicas.

#### Almôço no Capitólio

As limousines nos levam ao Capitólio. Somos recebidos por Mr. Adam C. Powell, Presidente da Comissão de Educação e Trabalho. À mesa posta, Miss Louise Dargans, chief clerk ( funções equivalentes às de secretário ) da Comissão, explica a correlação entre education e labor, problemas da maior importância num país onde a educação se expandiu ao máximo e a proteção ao trabalhador está condicionada ao bem-estar social. Das mais importantes da House of Representatives ( Câmara dos Deputados ), a Comissão de Educação e Trabalho se compõe de 31 deputados ( 19 democratas e 12 republicanos ). Divide-se em nove subcomissões, cuja composição varia de 5 a 9 membros. E possui um staff ( técnicos e assessores ) de 8 funcionários.

Em rápido desfile oratório, como não poderia deixar de ser numa Casa do Congresso, a Comissão de Educação brasileira é saudada pelos deputados Cleveland M. Bailey ( West Virginia ), James Roosevelt ( Califórnia ), Herbert Zelenko Jr. ( New Jersey ), John H. Dent ( Pennsylvania ), Roman C. Pucinski ( Illinois ), Dominick V. Daniels ( New Jersey ), Robert N. Giaimo ( Connecticut ) e John Brademas ( Indiana ).

Das informações colhidas nesses speeches, registramos que

nos Estados Unidos há 38 milhões de estudantes, de 5 a 17 anos; o salário mínimo vigente é de US\$ 1,25 por dia; igual pagamento para trabalho igual tem sido o lema dos democratas; vem merecendo a automação estudos especiais por parte de técnicos do governo e particulares; 20 000 cartas recebe a Comissão por mês de todas as regiões do País e do mundo.

Em nome da Comissão, o deputado Cardoso de Menezes pronuncia breve agradecimento, no qual se refere ao deputado Coelho de Souza, cuja ausência naquele momento era motivo de pesar. Relembrou velho provérbio chinês, que diz: "ver é melhor que ouvir mil vezes". E realmente o ato de ver os Estados Unidos, conhecer de perto seu povo, tem operado milagres. Haja vista recente pronunciamento de um dos líderes do Partido Socialista Brasileiro, deputado Aurélio Viana, que modificou seu pensamento com respeito aos Estados Unidos, depois de trinta dias de viagem; e de, nesses trinta dias ter procurado observar certos aspectos que lhe pareciam contraditórios. Por fim, o representante da Guanabara elogiou o Plano de Aliança para o Progresso, afirmando que a vocação democrática dos povos latino-americanos é a principal barreira à expansão comunista.

Mr. Adam C. Powell recebe os cumprimentos e nos encaminha ao plenário da Casa. Mal nos sentamos, em vez da campainha, o Presidente martela a mesa e encerra os trabalhos. São duas horas e vinte minutos.

O homem não é só máquina

- PEÇO-LHES desculpas pela ausência do Ministro Ribicoff-diz Mr. Oliver J. Caldwell.

Sentamo-nos à mesa. Mr. Caldwell é Assistant Comissioner

é Director da Divisão de Educação Internacional do Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar. Em breves palavras estamos sentindo que nosso expositor conhece os problemas da educação do seu país.

- Tem-se modificado muito, nos últimos anos, o conceito de educação nos Estados Unidos - informa. Não paramos, como na Europa. Para nós, investimento em educação é riqueza. Em 1961, o governo norte-americano despendeu US\$ 3 bilhões em educação. Procuramos gastar o máximo com o indivíduo. Em que tipo de educação? Esta é uma pergunta que não podemos responder. Podemos subordinar um homem a um rígido esquema utilitarista? Claro que não. O homem é também espírito e não sómente vive para atender à técnica e à máquina. Podem crer os senhores que este me parece um dos problemas mais difíceis de nosso tempo.

Mr. Caldwell levanta outros problemas:

- Por que e para que educamos? Para adaptar o indivíduo às novas condições da sociedade. Daí os setores que nos preocupam: o acadêmico, a especialização, o trabalho técnico. E mais: precisamos analisar o comportamento da criança e descobrir-lhe talento, seu principal talento, em qualquer campo do conhecimento humano. Não há dúvida que isso exige esforço e custa muito dinheiro.

Para isso, acrescenta Mr. Caldwell, o Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar (que possui as atribuições de Ministério) está se modificando, reestruturando-se, assimilando novas exigências, adaptando-se à nova realidade de um mundo em crescimento.

- Hoje em dia - diz - sabemos muito mais sobre o átomo do que sobre vida humana. Digo isto por experiência própria. Trabalho nesse setor. Estamos empenhados em formar líderes. Há 30 mil educadores norte-americanos distribuídos no mundo inteiro, estudando, pesquisando, conhecendo os mistérios de nosso tempo. Os compromissos sobem a US\$ 600 000 000, dos quais a metade é contribuição

do governo.

Porque fala a brasileiros, adianta que o Brasil ocupa uma das secretarias do Bureau Internacional de Educação.

Já estamos no diálogo. A uma pergunta do deputado Lenoir Vargas, Mr. Caldwell diz que 25% dos professores norte-americanos estão empenhados na pesquisa com o espaço cósmico.

- Pesquisa que vem resultando na descoberta de novas ciências - acrescenta.

- Mas o respeito à tendência vocacional do indivíduo não prejudica os setores que o país necessita desenvolver? - pergunta o deputado Lauro Cruz.

- O senhor fez uma indagação que também nos preocupa - responde Mr. Caldwell. Mas somos uma sociedade livre, de homens livres. Não podemos prever e antecipar com exatidão o número de engenheiros que precisamos de possuir em determinada década. E, devido à dificuldade de determinar vocações ( não é o mesmo que orientar e procurar descobrirlas ) é que não estamos suficientemente supridos de engenheiros e de médicos. Basta dizer que importamos 10 000 médicos para atendermos a nossos serviços de saúde.

#### Um mundo de 60 línguas

MR. Caldwell faz uma pausa e apresenta Mr. Sterling M. McMurrin, Comissioner em Educação. A conversa gira em torno de investimentos e publicações. O deputado Dirceu Cardoso indaga sobre as vocações e como descobrirlas. Mr. Caldwell admite que, nesse setor, muito se tem ainda por fazer. Mas o problema já alcançou repercussão nacional e o próprio Presidente Kennedy instruiu o Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar para que seja modificada a legislação técnica.

- Temos uma legislação de quarenta anos e precisamos atuu

alizá-la. E atualizá-la visando a tornar mais amplo o intercâmbio.

- Principalmente o intercâmbio através de publicações e de maior número de bolsas - sugere o deputado Lauro Cruz.

- De que modo será ampliado o campo de investimento? - pergunta o deputado Lenoir Vargas.

- Não é fácil responder - diz Mr. McMurrin. Veja-se o que acontece no setor linguístico. Há no mundo, aproximadamente , 60 línguas vivas, faladas por milhões de seres que estão necessitando de maiores conhecimentos técnicos. E a ciência precisa ser traduzida em todos os idiomas. Além das línguas, temos o problema do livro. Antigamente o professor escrevia o seu livro didático independente das pesquisas e dos conhecimentos novos. Hoje, em pouco tempo os conhecimentos perdem a razão de ser, se desatualizam. E o que é mais sério: também se cuida de atualizar o professor. Como vêem os senhores, não é fácil esclarecer o processo de ampliação do investimento. Porque, se muita coisa se fêz, o principal ainda resta fazer. E não estranhem os senhores se lhes disser que nossos técnicos estão preocupados em encontrar métodos que simplifiquem e acelerem o processo de aprendizado das línguas. Como ensinar línguas mais eficientemente?

Mr. McMurrin pede licença. Já se esgotara seu curto tempo de explanação.

- Este homem que os senhores ouviram é quem mais entende de problemas de educação neste Departamento - diz Mr. Caldwell quando Mr. McMurrin se havia retirado.

Retomando o fio da conversa, o deputado Lauro Cruz pergunta como o governo norte-americano pretende tornar mais acessível o livro científico.

- Se o governo participar das pesquisas, uma solução será encontrada - diz Mr. Caldwell. A meu ver, tudo se resume em tra-

duzir e imprimir mais barato. Embora estejamos sempre diante de uma espiral de conhecimentos novos, que exige sempre uma multiplicação de esforços. O livro científico envelhece às vezes mal é posto à venda.

Informa o deputado Cardoso de Menezes que o livro em inglês custa 4 vezes mais. Sobre a bolsas para professores de ensino secundário do Brasil, Mr. Caldwell diz que existem e o sistema funciona a contento.

- Quanto à correlação entre a UNESCO e o governo norte-americano, não existe até o momento - diz Mr. Caldwell em resposta a uma indagação do deputado Lauro Cruz.

O tempo corr

- O Brasil partiu da centralização, em matéria de ensino; e os Estados Unidos da descentralização - comenta o deputado Abel Rafael. Podemos chegar a um entendimento e se possível a um encontro de pontos de vista aparentemente antagônicos, nos termos do Ponto IV.

- Claro que podemos - concorda Mr. Caldwell.

Quase cinco horas, voltamos ao Stlater Hilton Hotel.

#### Breve conversa com um Ministro

CEDO estámos no hall do hotel, em nosso segundo dia de programa. Temos entrevista marcada com Mr. Abraham Ribicoff, Ministro da Saúde, Educação e Bem-Estar Social, às 10 horas.

Mr. Walter Kemmsies e Miss Sylvia Moracs, nossos intérpretes, brasileiros com alguns anos de Estados Unidos, dizem que há tempo de ligeira visita à Casa Branca. Depois iremos ao Ministro.

Às 10 horas Mr. Ribicoff louva o mérito de viagens de intercâmbio.

- É a primeira vez, Sr. Ministro, que a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados se reune fora do Brasil - esclarece o deputado Lauro Cruz.

- Essas oportunidades devem ser incentivadas - diz Mr. Ribicoff. Defendemos a tese de que a educação não deve apenas ser destinada à elite cultural do país, mas se destina principalmente a desenvolver a capacidade do homem. Temos realmente necessidade de mentes superiores, de líderes, de homens sábios. Mas ao lado dessa destreza mental nos esforçamos em formar gerações que saibam utilizar a destreza manual. E vamos além: empenhamo-nos em dar oportunidades para todos, mesmo os que nascem cegos e surdos. Ao lado do desenvolvimento científico, nesta era de mísseis, de viagens à lua, de teleguiados, também pensamos na verdadeira educação. Pode crer os senhores: não vejo tarefa mais séria do que a educação.

Nossos minutos se esgotam. Mr. Ribicoff pede-nos que formemos um grupo. Depois dos flashes despedimo-nos. Em sala próxima, Mr. Paul S. Bodenman nos aguardava para uma conversa mais ampla sobre educação nos Estados Unidos, organização e programas.

#### Panorama da educação

MR. Bodenman simplifica a compreensão do sistema educacional norte-americano, mostrando-nos um gráfico da vida escolar, abrangendo os três níveis: Elementary Education ( Educação Primária ), Secondary Education ( Educação Secundária ) e Higher Education ( Educação Superior ).

- Dos três aos cinco anos - diz Mr. Bodenman - a criança é encaminhada às escolas maternais ( nursery schools ) e aos jardins de infância ( kindergartens ). Quando a criança completa seis anos, pode começar o curso primário. E daí em diante é que vamos penetrar nas diferenças de sistemas.

Mr. Bodenman pede-nos que o acompanhe na leitura do gráfico inserto na contra-capa do folheto Progress of Public Education in United States of America.

- Antigamente - continua ele - costumava-se concluir os primeiros doze anos de estudos - dos 6 aos 17 anos de idade aproximadamente - em dois ciclos: um primário ( elementary school ) de 8 anos e um secundário ( high school ) de 4 anos. Era o sistema 8-4 ainda adotado em Chicago. Mas atualmente o que está se generalizando é o sistema 6-6, ou seja, 6 anos de primário e 6 anos de secundário, combinando Junior e Senior High Schools. Há também o sistema 6-3-3: 6 anos de primário, 3 anos de Junior High Schools e 3 anos de Senior High Schools.

Prosegue a exposição respiando informações. Diz que as escolas particulares não recebem subvenções do governo. ( Não têm os norte-americanos o orçamento das subvenções de uso tão brasileiro ). Das 13 das escolas particulares, 80% são católicas, 10% protestantes e 10% de associações diversas. Nesse sistema descentralizado, os Estados são autônomos. O governo federal não intervém. Mas os diplomas são válidos em todo o país.

Mr. Bodenman responde a uma pergunta do deputado Cardoso de Menezes:

- Na maioria dos Estados a educação é obrigatória até os 16 anos; em alguns até 17 e 18 anos. E nos Estados onde predomina a agricultura, aos 14 anos o rapaz e a moça podem deixar a escola. De modo geral, em termos de percentagem, posso afirmar que 100% de nossas crianças até 14 anos de idade estão nas escolas; e 80% até 16 anos. E adianto mais: em média, 63% dos matriculados terminam o secundário e recebem o diploma de High School; e 50% continuam os estudos superiores. Em resumo, 1/4 da população dos Estados Unidos vai à escola. Gastamos em educação cerca de 26 bilhões de dólares.

por ano. A contribuição federal é pequena. Temos, por exemplo, o Orçamento de 1961/62 (ano fiscal de julho a julho) estimado em 90 bilhões de dólares. Só as despesas com a defesa nacional sobem a 60 bilhões.

O deputado Lauro Cruz quer saber se alguma penalidade recáí sobre o pai de família que não manda seus filhos à escola.

- Podem existir casos isolados em que os pais teimam em não mandar os filhos à escola. Em geral, há multa em dinheiro e prisão. E se os pais não têm autoridade sobre crianças rebeldes, então o governo intervém. Em média, o norte-americano frequenta onze anos de escola, a partir dos seis anos de idade. Isto porque dificilmente as empresas recebem jovens em idade escolar, ou seja, antes de 18 anos completos. Os sindicatos se ocupam dessa parte. E a Justiça, em casos de acidente, mostra-se rigorosa. Haja vista o que ocorreu há algum tempo. Um garoto perdeu o polegar durante o trabalho. A família recorreu à Justiça, afirmando que o garoto tencionava ser médico quando concluisse o curso secundário. Pois bem, a Suprema Corte obrigou a empresa a pagar uma indenização à família de 50 000 dólares.

- E o analfabetismo? - pergunta o deputado Badaró Jr.

- A percentagem vai a 2,2% em todo o país, segundo estatísticas de 1960. Mas o que entendemos por analfabeto é qualquer estrangeiro que não sabe inglês. De modo que em sua maioria os analfabetos são pessoas idosas e estrangeiros residentes no país.

A essa altura, Mr. Bodenman é um americano em sabatina. O governo se ocupa da assistência médica e da merenda. Sessenta milhões de dólares são gastos no programa. Exames médico e dentário são obrigatórios. E se a família não dispõe de recursos, o problema é resolvido pelo Ministério competente, ou seja, de Saúde, Educação e Bem-Estar Social.

Ao deputado Yukishigue Tamura, esclarece Mr. Bodenman que se procura separar o menos possível as crianças retardadas das normais. E também acrescenta que não há ensino religioso nas escolas. Em vez disso, há um período de tempo que permite o aluno frequentar qualquer curso particular de natureza religiosa, nas escolas paroquiais.

- Também não há uniformes nas escolas públicas - responde ao deputado Dirceu Cardoso.

#### Curso superior e salários

Voltamos ao gráfico. Há curiosidade em torno do ensino superior. Mr. Bodenman diz que em todo o país estão matriculados 3 900 000 alunos universitários. São 7 anos de estudo, além de um ano de prática. Para o exercício da advocacia, por exemplo, exige-se um exame de suficiência. Mas essas exigências variam, de acordo com a legislação estadual.

Em síntese: 4 anos de estudo dão direito ao Bachelor's Degree (bacharelado); 5 anos, ao diploma de Master's Degree; 7 anos, ao diploma de Advanced Professional Degree. Sem contar com o que nos pareceu mais curioso no sistema educacional norte-americano, os Junior ou Community Colleges, de dois anos apenas, em que se aprendem inúmeras profissões, de torneiro a alfaiate, de fotografia a modista, de técnico em eletricidade e eletrônica a cabeleireiro.

- Como se faz a seleção dos professores? - pergunta o deputado Yukishigue Tamura.

- É preciso que o candidato a professor tenha o diploma de bacharelado. Como as escolas são autônomas, podem empregar qualquer candidato, contanto que esteja habilitado, é claro.

- E nas Universidades? - pergunta o deputado Cardoso de Menezes.

19/11/1960

- As universidades - diz Mr. Bodenman - costumam treinar seus professores durante 3 anos. Depois os admite ou não como empregados.

Agora atende à pergunta do deputado Lauro Cruz:

- Temos 2 000 universidades, das quais 2/3 são particulares e 1/3 recebe subvenção dos Estados. Quanto à participação dos alunos, 42% dos matriculados frequentam universidades particulares e 58% universidades públicas.

Conversa-se sobre emprêgo, salários, aposentadorias, tempo integral. Mr. Bodenman esclarece a pergunta do deputado Abel Rafael:

- Nossas leis estaduais podem empregar e desempregar. Mas, na prática, é raro a escola desempregar o professor. Quanto aos salários, um professor universitário ganha em média 12 000 dólares por ano, embora também em algumas escolas se pague 8 000 dólares. Harvard e Yale pagam 16 dólares. O reitor geralmente recebe 20 000 dólares. O salário mais alto é o do reitor da Universidade de Chicago: 48 000 dólares por ano.

- E o salário médio do professor secundário? - pergunta o deputado Dirceu Cardoso.

- Um professor secundário recebe de 6 000 a 7 000 dólares por ano; um professor primário, 5 000 dólares. Nas comunidades rurais, o salário é menor.

Com seriedade Mr. Bodenman conclui:

- Não há dúvida de que essa questão de salários é das mais comentadas e o governo está interessado em elevar os níveis de professores, principalmente dos que percebem menos de 12 000 dólares por ano.

Passa de meio dia. Temos de ir ao Cosmos Club, onde Mr. McMurrin seria o nosso host.

### Três lugares comuns

No Cosmos Club, à Avenida Massachussets, voltamos a reencontrar muitos de nossos anfitriões. Clube que tem sua ponta de originalidade, o Cosmos separa homens e mulheres a começar da porta de entrada. E como indagássemos da origem dessa separação, dessa convivência em compartimentos estanques, respondem-nos que os homens é que tomaram a iniciativa:

- As mulheres não os deixavam conversar e a ideia geral de isolá-las noutra sala de refeições foi aprovada por unanimidade.

Mas em nosso almoço o rigor foi quebrado. Mrs. Isabel S. Galloway, Mrs. Cibele Grant e Miss Sylvia Moraes estavam no recinto.

Mr. Sterling M. McMurrin dá as boas vindas. Falam a seguir saudando a Comissão de Educação e Cultura: Mr. Xavier Bray, Mr. Oliver J. Caldwell, Mr. James M. Quigley, Mr. Ralph W. Ruffner Jr. e Mr. Paul E. Smith.

Em nome da Comissão, o deputado Lenoir Vargas, dentro do espírito avesso ao formalismo tão a gôsto dos norte-americanos, agradece a recepção em breves palavras:

- Senhores, embora a contragosto não aceitemos os lugares comuns, na vida diária é com lugares comuns que nos entendemos. O primeiro lugar comum universal diz respeito ao nosso procedimento humano quando é na cama que geralmente nos despedimos deste mundo; outro traço afim a todos os homens, a mesa posta, em torno da qual também facilmente nos entendemos em horas como estas; e por fim, um terceiro lugar comum com que temos certa afinidade, é dos mais ouvidos em vosso país: a palavra problemas. Também temos os nossos problemas. De modo que a afinidade que nos aproxima na triade cama-mesa-problemas vem confirmar o quanto temos de comum em nossa condição humana. Bom sinal, portanto, para que nos compreendamos.

Além dos oradores referidos, estão presentes ao luncheon os Srs. Francisco S. Cespedes, do Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos; Francisco Aguilera, da Hispanic Foundation da Biblioteca do Congresso; Stewart M. Patterson, da AID; Harris P. Dawson, do Bureau do Brasil na AID; Gerald Sutton, do Bureau do Brasil no State Department; André Guimarães, da Embaixada do Brasil em Washington e Walter O. Kemmsies, intérprete.

N.E.O., uma organização centenária

DEPOIS do Cosmos Club vamos à National Education Organization, à Rua 16. Mr. Paul E. Smith, que havia comparecido ao almoço, é o Secretário Executivo de uma instituição das mais antigas e poderosas dos Estados Unidos.

- Existimos há 104 anos - diz Mr. Smith. Somos uma instituição particular e possuímos 800 000 filiados. Nosso orçamento é de US\$ 8 milhões. E se os senhores desejam saber a finalidade de nosso trabalho, direi apenas que nos preocupamos, principalmente, com a melhoria da posição do professor na sociedade norte-americana.

Mostra-nos a seguir uma publicação que se distribui gratuitamente por todo o país e tem uma tiragem de um milhão de exemplares.

- Além desta publicação, editamos mais 25 revistas especializadas. Revistas sobre vários aspectos da educação: cinema, saúde, música, escolas, etc.

Estamos na sede da National Education Organization, um enorme edifício de linhas modernas, que abriga 1000 empregados. Em todo o edifício há cursos especiais onde se estuda música, literatura, geologia, agronomia, ciências. E também há assuntos liga-

dos à ciência social: seguros, sindicatos, pesquisas, assistência social. O interesse em torno desses problemas é manifestado pela presença do lobby, cuja instituição, lobismo, vem crescendo nos Estados Unidos. (Lobista é a pessoa que faz parte do lobby, isto é, grupo encarregado de informar sobre assuntos pertinentes a determinadas atividades profissionais ou de interesse geral).

Mr. Smith apresenta-nos Mr. James Mc Caskin, Assistente Executivo, que em breves palavras traça ligeiro histórico da educação norte-americana.

- Em 1862 é que Lincoln revelou interesse pela educação. Introduziu as primeiras leis. Traçou princípios. Deu início à criação de programas visando ao aprimoramento de um sistema educacional que alcançasse o homem do povo. A partir de 1917 surgiram as primeiras providências em torno da educação vocacional. Durante a depressão de 1929/1933 nada se fez. Outras eram nossas preocupações. Mas durante a II Guerra Mundial o interesse pela educação aumentou.

Preocupados em saber, com exatidão, em que ponto o governo federal participa do sistema educacional, Mr. Caskin informa aos deputados:

- A despesa federal com o ensino vai a US\$ 3,5 bilhões. É realmente diminuta. Mais de US\$ 1,50 bilhão é gasto em pesquisas. Mas os senhores não devem esquecer que a maior participação é da comunidade distrital. Em um dolar gasto com a educação, os distritos locais entram com 56%, o Estado com 40% e apenas 4% cabem ao governo federal.

- Como atua a N.E.O. em caso de greve? - pergunta o deputado Lauro Cruz.

- Nos Estados Unidos não há muitas greves de professores. Em média, uma greve por ano. Há várias razões que explicam

esse comportamento: 1) somos em todo o país 35 000 sistemas educacionais; 2) nos Estados Unidos o professor é considerado um empregado do governo, presta serviço de relevante função pública e a greve seria contra o povo; 3) a maioria dos professores não apoia a greve porque sabe que o maior prejudicado é a criança.

As informações prestadas sobre os níveis salariais revelam um standard de vida equilibrado.

- A média de salários - diz Mr. Caskin - varia de 3 430 a 6 000 dólares por ano. Em Arkansas é de 3 350 por ano. Na Califórnia, 6 700 dólares. Média nacional, 5 275 anuais. Quanto à base de tempo, varia muito: de 9 a 11 meses por ano. Geralmente, são 9 meses integrais e um mês de trabalhos extraordinários. Média men sal de salário, US\$ 525. Podem os professores ter outra atividade, se houver tempo. Mas em sua maioria o regime é full time, ou seja, de 6,5 a 8 horas por dia.

- E o nível social, o prestígio de que goza o professor na comunidade? - indaga o deputado Yukishige Tamura.

- Excelente o prestígio do professor no meio rural, caindo um pouco nas cidades. Varia esse prestígio de acordo com o local onde mora. Via de regra, os professores gozam de conceito.

- De onde vêm os recursos aplicados na educação? - pergunta o deputado Lauro Cruz.

- Do imposto sobre a propriedade territorial e imobiliário.

Entra na sala Mr. William G. Carr, Secretário Executivo da N.E.A. Apresentado por Mr. Smith, Mr. Carr faz breve saudação, lembra recente visita a Berlim, onde assistiu de perto a um dos episódios onde responde, vivo, "o peso de uma tirania das mais hediondas que a humanidade tem presenciado: a construção da muralha de pedra". Renova sua fé em que os princípios da liberdade de pensamento irão sair vitoriosos. E informa que no próximo ano haverá

uma Reunião Internacional de Educadores, por 10 dias, para estudos de problemas universais da educação.

Quase cinco horas da tarde, deixamos a National Education Association. Mr. Bondenman sugere uma visita à sala de exposição de livros escolares.

Na maior biblioteca do mundo

APROVEITAMOS a ausência de programação oficial e durante parte da manhã de 22 de março vamos visitar a Biblioteca do Congresso. Muito se tem escrito sobre a maior biblioteca do mundo. Não vamos descrevê-la.

Um guia nos entretem em mostrar aspectos curiosos da construção: o número de salas, o significado das colunas do salão de leitura, o sistema de fichas, a procedência do mármore utilizado na construção, a existência (descoberta por acaso) do perfil de Jefferson em uma das colunas nos corredores laterais, o processo de ar comprimido para encaminhar os pedidos dos consulentes.

Também não temos muito tempo e duas horas são insuficientes para uma visita às preciosidades da Biblioteca do Congresso. Apenas ficamos sabendo que a Biblioteca tem esse nome porque fôr mesmo criada, nos idos de 1800, para atender aos congressistas. Mas hoje é uma imensa catedral de livros, manuscritos, originais famosos, coleções de filmes que datam do começo do cinema, entre 1894 e 1912, além de películas recentes, documentários capturados dos alemães, italianos e japoneses durante a II Guerra Mundial.

Na luta contra o tempo e na impossibilidade de ver o que de maior interesse devia ser visto, a solução é correr os olhos pelo que se encontra mais ao alcance: uma exposição de quadros sobre a Guerra de Secesão, a Bíblia de Gutemberg como foi impressa pela primeira vez, manuscritos de Wilson e livros com anotações à margem do próprio punho, originais de discursos -enfim,

alguma coisa do que se encontra ao nível do salão principal de leituras. A pouca distância o guia não se cansa de falar na procedência de outros mármore e outras preciosidades...

Na Hispanic Foundation, um dos setores especializados da Biblioteca do Congresso, fomos recebidos pelo sr. Francisco Aguirre, que nos mostra os painéis de Portinari e fitas de gravação de Jorge de Lima e Manoel Bandeira.

Mas não há tempo a perder. Já estamos atrasados para o almoço que será oferecido pela Comissão de Relações Exteriores do Senado, com a presença do Embaixador Roberto de Oliveira Campos. A caminho, visitamos a Suprema Corte.

#### O Embaixador descreve o Brasil

NOSSO host, o Senador Wayne Morse, da Comissão de Relações Exteriores do Senado ( subcomissão de American Republics Affairs ), ao fim do almoço dá as boas vindas:

- É claro que tanto os brasileiros como os norte-americanos desejam manter mútuo entendimento. Até considero da maior conveniência que congressistas de ambos os países troquem sugestões sobre a política a ser seguida para melhor compreensão reciproca. Todos nós sabemos da contribuição do Brasil no fortalecimento do sistema democrático nas Américas. Não estou ensaiando nenhum elo, estou dizendo a verdade.

Prossegue:

- Já visitei o Congresso brasileiro e confesso que me senti como se estivesse em casa, tal o calor da polêmica, o ardor nos debates. Mas vamos recordar certos fatos recentes. O comportamento do Brasil em Punta del Este não foi bem acolhido pela imprensa de nosso país; nem todos os jornais concordaram com a posição do Brasil. Ora, acho que Mr. Ruskin resolveu e esclareceu bem o problema

quando disse que Punta del Este dera oportunidade a que todos os países manifestassem sua opinião. Os Estados Unidos, acusados de manter disciplina e ordem aos demais países, saiu-se bem da prova. E o mais importante é que no voto final, os 20 países se comprometeram a manter a liberdade, independente dos grupos de esquerda ou de direita.

- Estou satisfeito em poder dar as boas vindas aos senhores - concluiu o Senador Morse - e maior satisfação a minha ao ver presente neste almoço o Embaixador Roberto de Oliveira Campos, que é, sem dúvida, the right Ambassador in the right place.

O Embaixador Roberto de Oliveira Campos, devido ao adiantado da hora, prefere falar em inglês. E, num inglês pausado, nosso Embaixador traça, em rápidas palavras, um retrato do Brasil de hoje para os norte-americanos ouvirem:

- Há uma visão distorcida dos Estados Unidos, vista do Brasil. Este país não é dominado pelos trustes, pelos cartéis, pelos monopólios. Pelo contrário, sente-se quanto é intensa a liberdade de ação, a vocação pela manutenção dessa liberdade. Há nos Estados Unidos, ao lado da maturidade democrática, uma tradicional política de respeito às democracias, onde elas se configuram e se realizam.

Por outro lado, o Brasil também não é visto com nitidez pelos Estados Unidos. Não estamos à beira de qualquer débâcle, de qualquer crise iminente. Antes de tudo, devo dizer que o país está enfrentando problemas políticos e econômicos e busca uma solução bem brasileira. Lá o poder não está no Executivo, no Legislativo, no Exército, nos Sindicatos. No Brasil o poder se divide.

O Embaixador Roberto de Oliveira Campos diz que os problemas brasileiros têm um dos pontos de origem na dificuldade de acesso à terra incomparada.

- O país está necessitando de reformas. O problema da terra é dos mais sérios; o de composição política, também da maior seriedade. E tudo isso vinculado à educação. De modo que a visão apocalíptica com que o Brasil é revelado, nada tem de real. A verdadeira face do Brasil é a de um país que está amadurecendo para a vida democrática.

Um plano de US\$ 490 milhões

CABE ao deputado Yukishique Tamura agradecer em nome da Comissão. Em seu discurso, lembra os desejos fundamentais do homem, dentro da concepção oriental: comunicação, amizade, prestígio e segurança material-espiritual. Esses desejos são essenciais à realização dos objetivos.

- Esta visita aos Estados Unidos vem fortalecer a amizade que se tem em meu país ao povo e ao governo norte-americano. Primeiro, porque foi uma consideração ao povo brasileiro; segundo, porque revela o interesse dos Estados Unidos em compartilhar sua segurança material e espiritual; terceiro, porque revela a intenção de manter mais estreitos os vínculos de amizade continental.

Afirma o deputado Yukishique Tamura que a segurança material e espiritual encontradas nos Estados Unidos decorrem do alto nível do seu sistema educacional.

- É preciso, no entanto, ter coragem. E portanto devemos ser tigres: tigres corajosos, capazes de combater os inimigos da liberdade e da democracia.

Pode liberdade para apresentar um plano. É certo que se estima em 20 bilhões de dólares o auxílio dos Estados Unidos à América Latina, através do Programa de Aliança para o Progresso. Mas os Estados Unidos poderiam se utilizar de US\$ 490 milhões, total da dívida de guerra do Japão ao governo norte-americano, para

favorecer sua aplicação em países da América Latina e América Central.

Lembra o deputado Tamura que no dia 20 de fevereiro último remetera seu plano ao Presidente Kennedy, por intermédio do Embaixador Lincoln Gordon. Também os Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados do Brasil, Srs. Auro Moura Andrade e Ranieri Mazzilli, haviam encaminhado ofício nesse sentido, ao embaixador norte-americano. Portanto, seu maior desejo era tornar mais proveitosa a viagem se lhe fosse dada a honra de visitar o Presidente Kennedy para expor em detalhes o plano de auxílio.

O almoço termina entre palmas e cumprimentos.

Uma junta governa Washington

MR. Walter N. Tobriner é o Presidente do Board of Commissioners que governa Washington, única cidade nos Estados Unidos onde o cidadão não é eleitor.

Mr. Tobriner esclarece que a capital norte-americana é governada por uma junta de dois civis e um militar. Os primeiros são confirmados pelo Senado, depois de designados pelo Presidente da República. E o representante militar é designado pelo próprio Exército. Geralmente é um engenheiro. E os três formam um governo tripartite, dividindo-se entre si as obrigações referentes à saúde, administração e estradas.

Washington faz parte do Distrito de Columbia. Desde 1878 que não se vota em todo o Distrito. Só a partir de 1961 é que os habitantes de Washington, os que residem no Distrito de Columbia podem votar para Presidente e Vice-Presidente. Mas os nascidos na Capital, êsses não gozam do direito de voto.

- Qual a opinião pública nesse sentido? - pergunta o deputado Lauro Cruz.

- Há tentativas de se dar ao cidadão de Washington pleno direito de voto, mas os resultados até agora não têm vingado.

Prosegue Mr. Tobriner: - Os integrantes da Junta Administrativa dispõem de autorização para criar taxas e realizar determinadas despesas. Mas o Orçamento da Capital faz parte do Orçamento da União.

Outras informações: as nomeações são feitas e autorizadas pelo Presidente da República e o provimento é por concurso ; 45% da terra do Distrito de Columbia não estão sujeitos a impostos, porque pertencem ao Estado; há uma verba anual de 12% de todo o Orçamento, de procedência federal, que alcança \$290 000 000 ; há cerca de 25 000 funcionários públicos em todo o Distrito para uma população de 765 000 pessoas; incluindo áreas de Virginia e Maryland, a população alcança 2 000 000.

Todos fazem perguntas, indistintamente. Perguntas que são respondidas sem rodeios por Mr. Torbiner:

- Somos uma cidade administrativa. A metade do orçamento se destina ao pagamento de vencimentos dos servidores públicos. Com a educação, gastamos 40 milhões de dólares por ano. Há 4 500 professores primários e secundários. E as quatro universidades aqui existentes são particulares: Universidade de Washington, Universidade Católica, a de Howard e a de Georgetown ( dirigida por jesuitas ).

Adianta ainda Mr. Torbiner que os serviços públicos principais - ônibus, telefones, luz, etc. - são particulares.

Insiste-se na pergunta sobre a conveniência de o cidadão de Washington não ter direitos políticos. Mr. Torbiner responde:

- No começo certamente havia razões que recomendavam a participação eleitoral. Mas agora, não vejo razão. Creio que o po-

vo deve participar do governo.

- Qual a principal fonte de receita? - pergunta o deputado Lauro Cruz.

- O principal imposto recói sobre a propriedade. A incidência é de dois dólares e meio em cada 100 dólares de avaliação, ou seja, 2,5% sobre o valor real da propriedade. O imposto de vendas e consignações alcança 3%; o de transmissão de imóveis, 0,5% da arrecadação pública. Em síntese, os impostos representam 88% da arrecadação; os 12% restantes vêm do governo federal.

#### Cocktail party na Embaixada

À NOITE, na Embaixada do Brasil, o Embaixador Roberto de Oliveira Campos homenageia a Comissão de Educação com um cocktail party. São duas horas de retorno ao Brasil. Funcionários da embaixada, jornalistas, representantes da AID, deputados e intérpretes fazem a festa. Presente, o governador Carlos Lacerda, que está em Washington cuidando do problema da água para os cariocas, através de empréstimo ao Banco Internacional do Desenvolvimento Econômico, dá a cor política da reunião.

Pouco antes das nove horas voltamos a pisar território americano.

#### Analfabetismo preocupa a U.P.A.

U.P.A. - União Pan Americana, na Rua 17. Somos recebidos pelo sr. Francisco Cespedes, chefe da Divisão da Educação; José A. Mora, secretário geral da U.P.A. e Alberto Zuleta Angel, presidente do Conselho da O.E.A.

A casa onde está instalada a União Pan Americana tem muito de ambiente latino. Existe mesmo um jardim de plantas regionais, onde se procura manter as condições ecológicas à custa de um telha-

do de vidro e de um aquecimento que nos lembram os trópicos. Ali estão o nosso café, a borracha, a palmeira, as trepadeiras tão a gôsto das vivendas coloniais. E também o pau brasil. Uma fonte ao centro dá o toque hispânico ao jardim tropicalmente ecológico dentro de uma Washington que vê o termômetro descer a menos de zero centígrado. Apenas as telhas de vidro fazem lembrar que essas árvores se assemelham a pássaros engaiolados:

- Essas árvores não podem crescer - murmura o dr. Cespedes.

Afastamo-nos do jardim e, em sala próxima, registramos algumas informações sobre a U.P.A. Ficamos sabendo que o brasileiro Joaquim Nabuco, quando embaixador, em 1908, foi quem proferiu o discurso inaugural da União Pan Americana, a um tempo em que se falava em Monroe e para os norte-americanos o mundo se confinava às fronteiras do Canadá, do México e aos litorais do Atlântico e do Pacífico.

- Há uma cadeira vazia simbolizando a presença do Canadá, que, cedo ou tarde virá compor a U.P.A.

- O problema mais sério da América Latina - acrescenta - é o analfabetismo. A metade da população não sabe ler nem escrever; e da outra metade alfabetizada, apenas 50% terminam o curso primário. Daí o nosso interesse em ampliar as possibilidades de instrução, sem a qual o progresso se torna de certo modo impossível. Instrução em seu sentido mais amplo: pela educação secundária, pela formação de mestres, pela criação de novas universidades.

Apesar desse esforço, há uma notícia um tanto desapontadora:

- O Departamento de Filosofia e Letras da U.P.A. - diz o prof. Armando Correia Pacheco - está em crise. Sofremos um corte

de 50% em nosso orçamento. Corte drástico semelhante aos planos de economia no orçamento brasileiro. De modo que nossa atuação <sup>este a</sup> no está sensivelmente prejudicada.

- As razões do corte? - indaga o deputado Cardoso de Menezes.

- Não há razões explicáveis. Atribuo a medida à tendência pragmática dos governos que não se preocupam como deviam <sup>com o</sup> problema cultural - responde o prof. Correia Pacheco.

- Apesar disso - continua - estamos editando autores nossos, Machado de Assis, Graça Aranha, Joaquim Nabuco, e cogitamos mesmo da publicação de obras de Manuel Bandeira. Antônio Manuel de Almeida vai iniciar a coleção dedicada aos romancistas. E também tencionamos organizar um dicionário da literatura hispano-americana. Também está em nossos planos a edição de uma revista especializada.

- E a penetração dessas obras? A tiragem? - indaga o deputado Cardoso de Menezes.

- A penetração de nosso trabalho se faz no ambiente universitário. A tiragem é realmente diminuta: 2 000 a 3 000 exemplares. Mas os senhores devem convir em que nosso público é especializado: professores, alunos.

- Qual o orçamento da União? - pergunta o deputado Yukishi que Tamura.

- De 10 milhões e 200 mil dólares o orçamento a terminar em julho de 1962. O Departamento Cultural gasta US\$ 700 000, em todos os setores. Os Estados Unidos contribuem com 66% e os países latino-americanos com 34%. Somos 700 funcionários que consomem cerca de 70% de todo o orçamento.

O Sr. Francisco Céspedes quebra a aura de pessimismo, informando que, dentro do programa de Aliança para o Progresso há um plano de aplicação decenal na U.P.A.

No jardim ecológico, nenhum rumor de vento nas folhas das árvores. Há no ar um certo calor de estufa. Uma arara protesta do outro lado do pátio. Ao lado de Simon Bolivar, nosso patriarca da Independência, José Bonifácio, assiste ao desfile de um grupo de visitantes - crianças de seis a dez anos - que estão recebendo as primeiras aulas de pan-americanismo. E não escondem certo espanto quando revelamos nossa procedência:

- From Brazil? E nos olham curiosos.

Faltam planos

MR. William V. Turnage nos espera para esclarecer porme-nores sobre a atuação do setor sob sua responsabilidade: Inter-American Regional Economic Affairs.

- O Programa de Aliança para o Progresso é uma das metas do Presidente Kennedy. Exposto em suas linhas gerais em agosto de 1960, em Punta del Este foi o assunto principal. Meu país está vivamente interessado em ajudar a América Latina, exceto, é evidente, Cuba, enquanto perdurar a ditadura de Castro. E por isso foram ampliados os investimentos. Já empregamos 1 bilhão de dólares.

Mr. Turnage mostra-se otimista. Diz que os planos até agora iniciados estão progredindo. Mas outro objetivo, a par do desenvolvimento econômico, é fazer com que os países, na proporção em que recebam ajuda, promovam reformas institucionais que possam ajudar o investimento. O objetivo principal a alcançar é uma taxa de desenvolvimento satisfatória. Fala então na necessidade que alguns países têm de realizar uma reforma tributária.

- Não há dúvida que nossos trabalhos estão adiantados. Existe uma comissão especial, grupo de trabalho como se costuma dizer, de nove técnicos, com certo humor considerados os "nove sábios", um deles o brasileiro Ari Torres. E até mesmo um inglês com

põe a lista dos nove, como observador.

- Essa Comissão dos "nove sábios" - prossegue Mr. Turnage - tem por finalidade estudar os planos em seus detalhes. O financiamento virá através dos bancos internacionais. Mas o principal problema, por estranho que isso pareça, é a ausência de planos; de planos exequíveis e sensatos. Não temos planos.

- Se o problema é esse, de planos realmente sensatos - aparteia o deputado Yukishique Tamura - permita-me que lhe exponha, em linhas gerais, um plano que poderá vir a merecer da comissão dos "nove sábios" todo o apoio. Trata-se da construção de uma estrada de ferro que, partindo de Brasília, termine em Maraú ( Bahia ). Todo o minério dessa área poderia ser carreado pela estrada até Maraú. Em cinco anos ter-se-ia a ferrovia construída. E o custo da obra seria de 300 milhões de dólares. Se os Estados Unidos perdoarem a dívida de guerra do Japão, este país poderá empenhar-se na realização desse plano.

Mr. Turnage agradece a exposição do plano ferroviário e recomenda que seja encaminhado pelo órgão competente, no Brasil, aos técnicos do Programa de Aliança para o Progresso.

#### Inflação alarmante

VIVAMENTE preocupado com o Nordeste, Mr. Turnage diz que muita coisa necessita ser feita: escolas, poços artesianos, irrigação, novas indústrias.

- Além do que estamos fazendo pelo Nordeste, não há planejamento para outras regiões. Pedimos um plano nacional a cada país. Pois bem, o primeiro plano nacional será o do Chile ou da Colômbia. Nesses planos nacionais não sómente os programas de obras estão em primeiro plano, como procuramos, primeiro, tornar estável a moeda e fortalecer a situação cambial.

*Al. P. P.*

- 35 -

Revela que o progresso, nesse sentido, não tem sido satisfatório. A média da inflação, para usar as próprias palavras de Mr. Turnage, "é alarmante". Tão alarmante que esse fato é, por si, prejudicial ao desenvolvimento do país.

O deputado Yukishique Tamura intervém, a propósito da importância a ser empregada na América Latina, dentro do Programa de Aliança para o Progresso.

- Na Carta de Punta del Este - diz Mr. Turnage - os recursos referidos somam 20 bilhões de dólares. Mas não quer dizer que os Estados Unidos tenham se comprometido a aplicar toda essa quantia de uma vez. O certo é que a aplicação será de 1 bilhão de dólares por ano.

- A distribuição será por quotas? - indaga o deputado Abel Rafael.

- A rigor, não há distribuição por quotas. Os países irão recebendo à proporção que possam, dentro dos planos, aplicar os fundos.

Prossegue Mr. Turnage:

- Em comum acordo com a CEPAL, o Banco Internacional de Desenvolvimento está desempenhando grande papel. Desde a Conferência de Caracas, o BIRD está administrando um fundo fiduciário. Por sua vez, o Congresso dos Estados Unidos aprovou 500 milhões de dólares para o desenvolvimento social na América Latina. US\$ 100 milhões estão à disposição dos programas educacionais; 6 milhões de dólares para a União Pan-Americana e 394 milhões para o fundo fiduciário. É certo que tem sua quota no BIRD, cada país. Portanto, os 394 milhões de dólares, destinados ao fundo fiduciário, são dos Estados Unidos. Quanto ao resto do capital, os Estados Unidos contribuem com 44%.

- Quanto irá o Nordeste receber como ajuda econômica?

pergunta o deputado Dirceu Cardoso.

- Não foi entregue ainda o auxílio ao Nordeste, por intermédio da SUDENE, e tampouco posso afirmar agora o quantum a depender de aprovação. Sei dizer que as cifras são vultosas. (Posteriormente, ainda nos encontrávamos em viagem quando nos foi informado que o Banco Internacional de Desenvolvimento Econômico havia aprovado o crédito especial à SUDENE).

O deputado Lauro Cruz pergunta sobre as quotas destinadas às universidades brasileiras recém-criadas.

- Em princípio - diz Mr. Turnage - os Estados Unidos colocam a educação num plano de alta prioridade. Também esta opinião é sublinhada pelo Embaixador Lincoln Gordon. De modo que, independente do chamado "plano nacional", também estamos acolhendo os planos educacionais. O importante é o aumento da receita que deva destinar-se à educação. Estamos inclinados a começar o programa de auxílio às universidades, mas acreditamos que em cada país as universidades devem ser mantidas por eles próprios.

- E os recursos em favor da alfabetização em massa? - insiste o deputado Lauro Cruz.

- Não se pode alfabetizar sem planejar. De modo que, ainda por falta de planos, pouco tem sido posto em prática. Em síntese: não fornecemos e nem nos comprometemos a fornecer recursos até que haja condições de aplicar - e aplicar bem - em fins educacionais.

Mr. Turnage reafirmava a carência de planos. Diz conhecer os problemas do Nordeste e de outras áreas brasileiras. E dirigindo-se para o deputado Cardoso de Menezes:

- Sabemos das áreas que necessitam de ajuda econômica. Mas a grande realidade é que nos faltam os planos necessários que orientem os investimentos.

A reunião está terminada.

Almoço no Salão Jefferson

MR. Edwin N. Martin, Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs e Mr. Teodoro Moscoso, Assistant Administrator for Latin America ( AID ) são nossos hosts no almoço servido no Salão Jefferson do edifício onde funciona o Departament of State. Ligeiro drink antes do almoço e troca de impressões sobre o programa realizado.

Manhã de sol frio. Lá fora o Potomac dando vida à paisagem ainda um tanto recém-saída do inverno. Árvores sem folhas. Gente agasalhada. Nuvens de cinza à distância.

O almoço já está à mesa. Ao final, Mr. Edwin Martin levanta o toast e realça o papel da educação como arma de grande poder na defesa das instituições e na formação de um mundo mais compreensivo. Por fim, saúda o Presidente João Goulart, cuja visita está sendo ansiosamente esperada.

O deputado Cardoso de Menezes rememora o provérbio chinês: mais vale ver uma vez do que ouvir mil vezes. E diz que a Comissão de Educação não está fazendo turismo.

- Estamos também sentindo de perto não só a grandeza norte-americana como o american way of life: em sua educação e em sua imensa generosidade.

E acentua:

- Os Estados Unidos, incontestavelmente, são o líder dos países civilizados. Têm consciência dessa incontestável hegemonia. Daí o valor que representa para o mundo o Programa de Aliança para o Progresso, do Presidente Kennedy.

Voz da América

DUAS e meia da tarde. Estamos nos estúdios da Voz da América. O locutor quer entrevistas. Dividem-se os deputados em

dois grupos. **Tempo:** cinco minutos. Cada um resume, em breves impressões, os objetivos da viagem e o que estão achando dos Estados Unidos.

Preocupado em tirar efeitos e alcançar originalidade, pensando no ouvinte imaginário, o locutor pergunta ao deputado Lencir Vargas, que se preparara para expor alguns pontos de vista sobre a educação norte-americana:

- O senhor tem visto mais louras ou morenas em nosso país?

- Como em toda a parte, há morenas e há louras - responde o deputado.

O programa é rápido. Os minutos são contados. Em japonês, o deputado Yukishique Tamura transmite impressões para os ouvintes do outro lado do Pacífico. Não há dúvida: os japoneses também tomariam conhecimento da carta endereçada pelo deputado brasileiro ao Presidente Kennedy, propondo perdão pelos Estados Unidos da dívida de guerra nipônica.

#### Georgetown e Howard vistas de relance

NÃO podemos afirmar que conhecemos a Universidade de Georgetown nem a Universidade de Howard. As visitas são feitas de relance, fora do programa oficial.

Somos recebidos na Universidade de Georgetown. Visitamos sala de aula destinada ao estudo das línguas estrangeiras. Ouvimos uma demonstração bilíngue: o professor falava em inglês e dois microfones podiam ser ajustados ao ouvido com tradução simultânea em espanhol e francês. Passamos pelo auditório.

Caminhamos até o edifício principal onde funciona a sede administrativa da Universidade. Padre Bunn nos recebe e, durante quinze minutos, nos mostra a Universidade através do projetor de

slides.

Quase noite. Ainda podemos tentar uma visita à Universidade de Howard. Nada vemos. O expediente está encerrado. Da Universidade podemos dizer que sentimos a grandiosidade de seus edifícios de tijolos vermelhos. Um jovem estudante negro ainda tenta comunicar-se com a administração para informar a presença dos visitantes. É mesmo tarde. Retornamos sem nada ver.

Amanhã vamos a San Francisco.

SAN FRANCISCO

23 de março. Despedimo-nos de Washington com um sightseeing de algumas horas. Lincoln Memorial, Washington Monument, Arlington Nacional Cemetery, National Gallery of Art servem apenas de pontos de referência num roteiro de tempo escasso. Pouco depois do almoço devíamos estar no lobby do hotel para tomarmos o ônibus com destino ao Friendship Airport, às cinco o voo 69 da American Airlines nos levaria a San Francisco, com ligeira escala em Dallas, Texas.

Seis horas de voo. Pouco menos de quatro mil quilômetros. O Astrojet parece flutuar a : doze mil metros de altura. (Como Titov, não vemos nem Deus nem sua corte angelical, mas somente Deus pode dar ao homem esse poder de equilibrar-se no ar a 800 quilômetros horários, sobre um tapete de nuvens, a cinquenta graus abaixo de zero). Descemos em San Francisco. Faltam dez minutos para nove, hora local. Atrasamos nossos relógios, tomamos o ônibus para o Canterbury Hotel. E já estamos todos de chave no bolso, quando nos vem a notícia em cores de pequena tragédia:

- Está faltando a minha maleta - diz, um tanto preocupado, o dep. Cardoso de Menezes.

No lobby do Canterbury Hotel, sobre o tapete vermelho se amontoam todas as malas. Não eram dezoito quando entramos no avião? Não eram dezoito quando tomamos o ônibus do aeroporto? Mrs. Galloway procura esconder sua aflição dizendo que a maleta será encontrada:

- Não se preocupe, Sr. Menezes, descobriremos sua mala.

Realmente, eram dezoito. Mas uma havia que não pertencia ao grupo. A mala do deputado fôra trocada. A que desembarcara

pertencia a outro passageiro do Astrojet.

Recolhemo-nos sem esquecer a maleta. Mrs. Galloway faz todas as comunicações telefônicas possíveis. E Mr. Menezes (com uma semana de viagem o tratamento inicial passou a ser Mr.: Mr. Cruz, Mr. Cardoso, Mr. Tamura, Mr. Pinto, Mr. Badaró, Mr. Pinto, Mr. Guerra), meia noite quase nos informa mais preocupado:

- Parece que a maleta continuou a viagem. Amanhã vamos ver.

Dia seguinte, suprimos Mr. Menezes de apetrechos de barba. Nenhuma notícia da maleta desaparecida. Soubemos depois que Mrs. Galloway, com a responsabilidade de chefe de grupo, não conseguira dormir. Mas ao meio dia a paz voltou no bojo da maleta:

- Já viajou mais do que nós. Foi encontrada em Oklahoma. Aberta e intacta - diz Mr. Menezes refeito do susto. - Agora vou dormir.

#### Um pouco de turismo

NINGUÉM foi dormir. No programa distribuído por Mrs. Galloway constava um passeio na cidade. San Francisco pareceu - nos então, à tarde de domingo, uma cidade quieta e acolhedora. De ônibus, a visão é limitada pela velocidade e o verde rayban das janelas. Janelas que não se podiam abrir, tal o vento de gelo que nos intimidava e desafiava nossa coragem tropical. E no entanto o sol parecia quente lá fora.

O ônibus sobe ladeiras e faz curvas lentas nesta cidade que, é estranho, parece conhecida. Trilhos de bondes em algumas ruas. Nomes quase brasileiros em restaurantes e avenidas. E através do verde esmaecido a paisagem nos faz lembrar o Rio de Janeiro com êsses morros que circundam toda a cidade, morros atopetados de casas de igual tamanho, de cores claras, juntas, tão unidas, que temos a impressão de que foram fabricadas em série.

O ônibus para. Estamos no ponto mais famoso de turismo em San Francisco: o Cais dos Pescadores. Lembramo-nos de Jack London. Lembramo-nos dos pescadores de nosso litoral. Pescadores do Ver-o-Peso. Do cais de Santa Rita. Do cais da Praça XV. Belém, Recife, Rio de Janeiro. Dos pescadores sem cais na imensa costa do Brasil. Pescadores sem cais de Pajuçara, Boa Viagem e Olinda.

Saltamos e nos recolhemos a um pavilhão de feira permanente, onde ao lado de barracas de souvenirs, há de tudo para o turista ver. Com um níquel (dez cents) podemos voltar ao passado e ouvir as músicas dos velhos tempos da pianola. Podemos comprar trinta segundos e, de luneta, ver os pássaros marinhos nos arrecifes da costa. O dep. Dirceu Cardoso está eufórico:

- Encontrei água do Oceano Pacífico - diz-nos mostrando uma bolsinha de plástico com um pouco da água que Balboa batizou.

Mas o Pacífico não está nada tranqüilo. Ondas violentas se jogam às pedras. Ninguém de maiô na praia. Faz frio. Continuamos o passeio e depois de curto trecho que lembra a Avenida Niemeyer e a Barra da Tijuca, descobrimos o Golden Gate Park.

O deputado Yukishigue Tamura exulta, quando descemos num jardim japonês. Compramos souvenirs e tomamos chá. Japonesas legítimas ciciam em japonês e nos atendem em inglês. E se passam rápidos os vinte minutos.

Prossegue o sightseeing. Deixamos o parque com sua relva de primavera e vamos ao topo mais alto da cidade, de onde San Francisco e Oakland formam um panorâmico cartão postal. À esquerda, a ponte Golden Gate; à nossa frente a ponte Oakland Bay. E como se estendendo um tanto bíblicamente, San Francisco, a cidade do pecado, nos lembra personagens que o cinema fixou. A pouca distância, Alcatraz, prisão do Estado, recorda-nos James Cagney, George Raft, John Garfield. E como perguntássemos a razão do nome Gol-

den Gate, Miss Sylvia Morenos esclarece:

- Por êsses portões rurais entra o ouro do Oriente. E nada mais significativo para nome de batismo a uma ponte que o de Golden Gate.

De regresso conversamos sobre o terremoto de 1906, quando por três dias e três noites pavoroso incêndio destruiu San Francisco. Ainda há trechos daquela época não atingidos. Mas o fogo favoreceu a construção de uma cidade nova. Quando passamos pela California Street, de volta para o hotel, e perguntamos que edifício é aquél, o motorista diz que ali já funcionou uma das casas da moeda dos Estados Unidos.

- Era considerada inexpugnável, dotada de todos os meios de defesa contra ladrões. Mas um dia tudo se desfez: um garoto de 10 anos conseguiu entrar nela, sem ruído, sem alarme. E acabou-se o mito da proteção e da segurança.

- E dai? - alguém pergunta.

- Deixou de fabricar dinheiro - diz com humor o motorista.

Retornamos às seis horas da tarde. À porta do hotel, o mesmo negro da véspera, de vistosos alamares nos recebe com um sorriso branco.

- Amanhã às nove vamos a Sacramento - avisa-nos Mrs. Galloway.

#### No State Capitol

EM duas horas de ônibus chegamos a Sacramento. Da viagem, numa free way semelhante à nossa Rio-São Paulo, valeu a pena o panorama quase uniforme de relvados, fazendas, plantações de pês-

segos, e de vez em quando algumas cabeças de gado próximas da estrada. Tão suave a paisagem que sentimos sono. Mr. Dirceu Cardoso não se cansa de cortar o cenário com pontos de exclamação e perguntas, algumas as mais pitorescas. Na verdade o deputado pelo Espírito Santo está com valioso material informativo sobre tudo que lhe vem despertando a atenção. Aos dados de natureza educacional se juntam outros sobre a vida e os costumes norte-americanos. Daí não ser surpresa, a essa altura da viagem, esta pergunta diana de alguns exemplares de jersey contemplativos e tranqüilos, ruminando a paisagem:

- Quanto custa uma vaca?

O motorista responde e a conversa bovina se estende por alguns quilômetros. E já ao final da viagem, ainda é Mr. Cardoso quem sintetiza a beleza do percurso, com esta observação, quase censura:

- Dormir numa viagem como essa é um crime!

Hospedamo-nos no El Mirador Hotel. E pouco depois do almoço, Mrs. Samuel Hanson, nosso sponsor, nos levou ao State Capitol, onde o senador Rodda nos esperava.

Ouvimos então breve relato sobre a situação econômica da Califórnia, cuja capital não é nenhuma das grandes cidades - San Francisco, Los Angeles, Berkley ou mesmo Oakland - mas Sacramento.

- O governador passa alguns dias aqui e outros em San Francisco - diz-nos Mr. Hannah, deputado estadual.

Lembramo-nos de Brasília onde menos se encontram o Presidente e o Conselho de Ministros.

Mr. Hannah prossegue:

- No Capitólio do Estado (quase todos os Estados têm seu Capitólio) há 80 senadores e 40 deputados. No setor de edu-

ção, funcionam cinquenta sistemas e 1900 distritos escolares. E toda a despesa provém de uma fonte: o impôsto imobiliário-territorial. E educação é gratuita: 71% das despesas são pagas pelo distrito e 29% pelo Estado.

- A média dos salários? - pergunta o dep. Cardoso de Menezes.

- Nos ginásios, 6.000 a 6.300 dólares anuais; professor universitário, 12.000 dólares.

- Esses vencimentos satisfazem? - pergunta o dep. Abel Rafael.

- Os professores não estão, na realidade, recebendo o que deviam. Merecem ganhar mais. Estamos diante de um problema sério. Basta dizer que um professor de nível médio ganha menos 25% que um operário industrial especializado. Um engenheiro que ensina engenharia ganharia mais se fôsse trabalhar como engenheiro para o próprio Estado.

Deputado Lauro Cruz é informado sobre o período escalar:

- Vai de setembro a junho. Geralmente, não é necessário que o professor suplemente suas rendas com outras atividades. Apenas consideramos sério o problema da equivalência salarial, porque, de futuro, podemos ficar sem professores capazes.

- E o ensino particular? - interroga o dep. Tamura.

- Temos as escolas paroquiais - informa Mr. Hannah - frequentadas por 15 a 20% dos alunos. Nesse ponto, não só aqui na Califórnia como em todo o país, mantemos de modo mais amplo inteira liberdade entre a Igreja e o Estado. E seria de certo modo prejudicial qualquer dependência, em virtude da pluralidade de crenças existentes em nosso país.

O resto da visita é simples visita mesmo. E tudo funciona como em obediência a um cronômetro: às três horas somos apresentados ao senador Hugh M. Burnes; às 15,15 visitamos o plenário do Senado onde somos saudados por Mr. Burnes; às 4 horas assistimos a uma reunião da Comissão de Educação. Em dez minutos observamos nesta sala de comissão técnica de assembléia legislativa estatal condições de ambiente essenciais ao trabalho: espaço suficiente, iluminação perfeita e acomodações que permitem se realize o debate das matérias distante de qualquer público que deseje participar e acotovelar-se com os deputados. À mesa dos debates só assessores e funcionários podem aproximar-se. Isto não impede que o público, bem instalado em poltronas, possa acompanhar a discussão e votação das matérias.

Roteiro: três escolas

DIA 27, com Mr. Melvin Lawson, Superintendent of Sacramento Schools.

- Vou empenhar-me para que os senhores visitem no menos três de nossas escolas: uma primária, uma júnior e uma senior. Se me perguntarem a propósito das diretrizes adotadas, direi que são muitas. O principal é saber que o Distrito é quem regulamenta o funcionamento das escolas, embora todos os sistemas estejam subordinados às diretrizes das leis estaduais.

Depois de informar que o sistema adotado no Estado da Califórnia é de 6-3-3, isto é, seis anos de escola primária, três de Júnior e três de Senior High Schools, além de dois anos para o curso de graduação, Mr. Lawson continua:

- Meu mandato como Superintendente é de 4 anos, junta-

mente com os diretores das escolas, dividimos nossas atribuições: diretor de pessoal, diretor de ensino, diretor de contabilidade, diretor de localização.

- Mas quem é responsável pela orientação do sistema educacional? - pergunta o dep. Lauro Cruz.

- Temos em cada distrito escolar uma Junta Educacional, cujos diretores são eleitos por quatro anos. Reune-se a Junta, em média, quatro vezes por mês. E há um jeton de US\$ 25 por reunião.

Indaga o dep. Cardoso de Menezes a percentagem de participação nas despesas com o ensino. Mr. Lawson responde:

- O Estado da Califórnia contribui apenas com 37%; o resto vem de contribuições pagas pelo próprio povo. Mas para ter uma idéia dos gastos, direi que em Sacramento 22 milhões de dólares são aplicados na educação e 24 milhões se destinam aos demais serviços públicos.

- Quantos alunos em Sacramento? - pergunta o dep. Dirceu Cardoso.

- Temos 50.000 alunos matriculados nas escolas públicas, e 8.000 desses alunos também cursam escolas paroquiais.

- E a relação percentual entre professores e alunos?

- Nas elementary schools temos 29 ou 30 alunos para 1 professor; no ginásio, 1 professor para 27 ou 28 alunos. Mas a situação ideal seria de 1 para 25, em quaisquer das classes.

- E os salários?

- Os salários, Mr. Cardoso, dependem de cada distrito escolar. Não há, a rigor, um salário fixo profissional para todos em todo o Estado.

- Até quando o período escolar é obrigatório na Califórnia? - intervém o dep. Lauro Cruz.

- Tôda a criança, por lei, é obrigada a frequentar a escola até 18 anos. E se por culpa dos pais não frequenta; ou se frequenta, ainda por culpa dos pais, abandona a escola, a lei nesse sentido é rigorosa. Há sanções que vão da multa até a prisão celular. De modo que não há analfabetismo em tôda a Califórnia. No caso das crianças retardadas, há escolas especiais para elas.

A essa altura fomos informados de que, por analfabeto é considerada qualquer pessoa que não saiba falar e escrever o inglês. O estrangeiro, por exemplo, não é obrigado a aprender o inglês; não o sabendo, ele se enquadra na categoria de analfabeto. Ainda nesse aspecto do ensino de línguas, Mr. Lawson esclarece que, das línguas estrangeiras, o espanhol tem sua preferência, seguindo o francês. A língua portuguêsa não é muito procurada.

Depois desse encontro, Mr. Lawson nos leva para visitar três escolas: Mark Twain School (primária); Will C. Wood (Junior High School) e Hiron Johnson (Higher School).

Mais que as palavras, uma câmara fotográfica seria ideal para dizer da ordem, da beleza, da disciplina e da cordialidade encontradas nessas escolas. Um filme de longa metragem, em que as cenas captassem o interior das aulas, os aparelhos usados nas classes de disciplinas relacionadas com a ciência, a satisfação de como se ensina a criança de quatro a seis anos a começar a vida no mundo dos livros. Impossível, mesmo a olhos de turista apressado, esquecer o ambiente visto. E, semelhante a um flash back fotográfico, em face de um padrão escolar realmente excepcional como o que estávamos presenciando, lembramo-nos de nossas escolas brasileiras...

Uma casa portuguêsa

**ENCONTRAMOS** uma casa portuguêsa em Sacramento. Do programa consta um dinner party oferecido por Mrs. Manuel Rosa, do Cabrillo Club. Mrs. Rosa nos recebe à tardinha de 26 de março em sua casa de dois pavimentos. Pela primeira vez visitávamos um lar americano. Lar de americanos portuguêses, com muito de sotaque e de reminiscências lusitanas.

Mrs. Rosa (d. Teófila) não nos ofereceu apenas um jantar, mas torna possível um entendimento cordialíssimo. Canções de Portugal, champagne francesa, diálogos em que se trata de tudo. Mr. Dirceu Cardoso ocupa-se em preencher seu caderno de notas. Mr. Pinto e Mr. Badaró contam histórias de caças, caçadores e caçadas. Mr. Cruz, discreto, revela-se conhecedor de rico anedotário, inclusive com personagens lusitanos; Mr. Cardoso de Menezes rememora episódios vividos em Moçambique e Angola; Mr. Vargas discorre sobre hábitos da fazenda e da estância catarinense; Mr. Tamura indaga da floração das cerejas e cerejeiras e traduz a simbologia da escrita japonêsa.

Nem tudo era apresentações, entrevistas, conferências, visita a colégios. O Department of State, para quebrar a sisudez do roteiro, favorecia o contacto com famílias norte-americanas. Porque, mesmo portuguêses de origem, falando ainda o português, êsses imigrantes de ontem já se consideram sobrinhos do Tio Sam.

Lá pelas dez horas retornamos ao El Mirador. Mrs. Rosa vem despedir-se bem à maneira lusitana, sem antes cantar êsse hino de hospitalidade portuguêsa:

"Em uma casa portuguêsa ficam bem  
Pão e vinho sobre a mesa".

E antes de retornar a San Francisco, estivemos em casa dos Hanson com quem conversamos algum tempo.

San Francisco: a chave  
da cidade

O honorable George Christopher, prefeito de San Francisco, recebe-nos às dez horas do dia 28. Espera-nos um repórter para registrar o encontro e tirar fotografias. A conversa é rápida e cordial. Esses homens de governo habituaram-se a fazer cada coisa a um só tempo. Mas enquanto o tempo corre, há troca de impressões sobre administração e ensino.

- Em San Francisco - diz o prefeito Christopher - o orçamento é de 75 milhões de dólares. Uma junta de sete membros é diretamente responsável pela aplicação desse dinheiro. No setor educacional temos um problema sério: necessitamos de criar novas escolas em virtude do aumento anual de alunos em idade escolar, de 3 a 5 mil por ano.

Os repórteres estão em atividade. Mr. Christopher entrega a chave da cidade de San Francisco a Mr. Lauro Cruz. Novas fotografias. Mr. Pinto com a palavra elogia a cidade, cita um poeta, diz do prazer de ter encontrado pessoas que falam o português, rememorando o encontro na casa dos Rosas. Comparou San Francisco ao Rio de Janeiro e São Paulo.

Despedimo-nos. Um fotógrafo do "Chronicle" bate chapas do grupo em que o deputado Lauro Cruz aparece abrindo com a chave gigante as portas do gabinete do Mayor George Christopher.

Problemas de educação

MR. Harold Spears é o Superintendente do San Francisco School District. Recebe-nos em seu escritório na Avenida Van Ness. Oferta exemplares de folhetos que tratam do plano educacional em

todo o Estado da Califórnia. E a seguir propõe que seria mais interessante ficar à disposição do grupo para responder o que fôsse possível.

Pergunta o dep. Lauro Cruz sobre períodos de ensino e quantos concluem o curso secundário.

- Em San Francisco temos um curso primário de 7 anos e o curso secundário (junior e senior) é de seis anos. Cérca de 85% dos alunos concluem o secundário.

Indaga o dep. Badaró Jr. se a falta de escolas referida pelo Prefeito George Christopher não decorre da atração da cidade que provoca o êxodo rural.

Mr. Spears afirma que há êxodo rural. Houve crescimento de 22% na população escolar de San Francisco, entre 1950 e 1960. Dá outras informações; grande número de alunos deixa a escola aos dezesseis anos, embora a legislação estadual determine a idade de 18 anos, no mínimo, para a conclusão do secundário; não há reformatórios para crianças problemas.

- E a população educacional de côn? - pergunta o dep. Cardoso de Menezes.

- A população negra é de 10%. Poucos negros frequentam as escolas paroquiais. Nas escolas públicas se encontram 44% dos alunos matriculados. Quanto à população chinesa, alcança apenas 7%.

Preocupa-se o dep. Yukishigue Tamura com o problema sexual. A co-educação não veio agravar os casos de atentado à moral sexual?

- Problema maior existe quando o sistema não é a co-educação - diz Mr. Spears. Posso afirmar ao senhor que não se discute este assunto nos Estados Unidos. A co-educação é melhor. Não

aumenta nem diminue o índice matrimonial nos alunos em idade escolar. A educação sexual é ministrada através das aulas de biologia e também temos professores especializados. Somos realistas nesse ponto. Há distritos em que se costuma autorizar a presença do professor à casa das alunas quando essas ficam grávidas. Não, esse problema sexual não é tão sério quanto se pensa lá fora.

Ainda há perguntas. Mr. Spears responde ao dep. Lenoir Vargas:

- Não há impostos estaduais destinados a manter a educação. No orçamento de San Francisco, 25% da receita se destinam a manter as escolas. A Junta Municipal prepara o Orçamento e o submete à aprovação do Prefeito. Depois, a importância é remetida diretamente à Junta que se responsabiliza pela sua aplicação.

- Casal sem filhos paga imposto educacional? - pergunta o dep. Dirceu Cardoso.

- Paga. E solteiro também paga. Em resumo: todo mundo que tem propriedade (casa, terrenos, mansões, etc.) paga os impostos predial ou territorial que se destinam à educação.

#### Almôço preparado por alunos

ESTAMOS no City College de San Francisco. É um junior college que recebe alunos confluentes do secundário (senior high school), e tem por finalidade preparar moças e rapazes para as diversas profissões na vida. Como é geralmente difícil encontrar emprego logo depois do senior, a tendência é entrar no junior college, onde o aluno pode seguir um dos ramos em que se dividem as profissões. Pode estudar Artes Liberais (Ciências naturais, Química, Física, Línguas, Ciências Naturais etc.); pode também se especializar em várias profissões artezanais: motorista, tor-

neiro, carpinteiro, fotógrafo, manicure, culinária etc. Em dois anos termina o curso.

- Os senhores estão almoçando o que êsses rapazes fizeram - informa Lloyd Luckmann, coordenador da Division of Instruction.

- Então, estamos almoçando uma aula - observa com humor o dep. Abel Rafael.

Da conversa, tomamos alguns apontamentos entre a sobre mesa e o coffee and cream. No City College há 7.000 alunos. Os alunos estrangeiros, em sua maioria, são de procedência japonesa. O ensino é gratuito. Apenas os alunos têm despesa com os livros. Há 274 professores lecionando. Os salários variam de 6.300 a 10.800 dólares. Limite de idade do professor, 50 anos. O orçamento da escola vai a US\$ 10 milhões. 60 a 65% da receita provém de impostos estaduais e municipais. No outono dêste ano, 2.800 alunos virão matricular-se e no outono de 1964, certamente 900 desses 2.800 alunos ainda estarão estudando. Isso acontece porque, mesmo depois de matriculados, os alunos podem transferir-se para outras universidades do país, em qualquer das categorias do curso.

Terminado o almoço, não há tempo a perder. Uma e meia da tarde. Temos de ir ao San Francisco State College.

#### Aula sobre educação

RECEBE-NOS Mr. Glenn P. Smith, assistente do diretor do San Francisco State College, um dos dezesseis colégios desse tipo no Estado da Califórnia. Tem capacidade para 13.000 alunos, dos quais 9.000 em tempo integral.

- Como se faz a admissão neste colégio? - pergunta o

dep. Abel Rafael.

Mr. James Bixler, Associate Chairman da Divisão de Educação, passa a esclarecer:

- Em nosso Estado, os cursos universitários pertencem à Universidade da Califórnia, aos State Colleges e aos Junior Colleges. Para o aluno entrar nos Junior Colleges, basta ter cursado o high school. Para ser admitido num State College como este, o aluno é submetido a um exame. Na Universidade da Califórnia ministra-se um curso mínimo de 4 anos, afora a especialização, depois dos cursos de master's degree e advanced professional degree; nos State Colleges, exigem-se quatro anos e o master's degree; nos junior colleges, apenas dois anos.

Mr. Bixler, diante de um quadro negro, sente-se à vontade. Informa que do orçamento do Estado da Califórnia, somando \$ 2,5 bilhões, quase a metade se destina à educação, afora os impostos locais.

- Qual o preço da educação? - pergunta o dep. Dirceu Cardoso.

- Nos State Colleges cada aluno paga 100 dólares por ano. O ensino no Junior College é gratuito. Na Universidade de Stanford, os alunos pagam US\$ 1.400 por ano, afora alimentação, livros, etc. Na Universidade da Califórnia (pública), o aluno paga em média 400 dólares anuais. Se o aluno é interno, a despesa vai a 800 dólares, com quarto e comida. O ano letivo é de 10 de setembro a 10 de junho. Quarenta semanas ao todo.

- E o período de exames? - indaga o dep. Lauro Cruz.

- Cada semestre, 16 dias se destinam aos exames. Nesse aspecto - esclarece Mr. Bixler - para cada hora de aula temos três horas de estudo. E para o aluno colar grau, tem de ter 124 unidades de estudo, ou seja, 8 semestres com 16 unidades cada um.

Por unidade de estudo entende-se uma medida de tempo necessária a determinados cursos. A rigor, não existe correspondência dessa unidade de estudo com o sistema brasileiro. Basta dizer que um professor primário necessita 124 unidades, das quais 31 unidades em educação profissional; e um professor secundário terá de ter 154 unidades, das quais 27 em educação profissional também. Fim do período recebe o diploma.

- Nos junior colleges - fala Mr. Bixler - onde se estudam dois anos, o curso corresponde a 64 unidades; nos State Colleges, curso de quatro anos, o ensino é de 124 unidades. A diferença entre os dois Colleges é que no junior o ensino é exclusivamente profissional, e no state college há cursos de educação geral paralelos à educação profissional.

Mr. Smith agradece a presença da Comissão e sugere que se deve ampliar o intercâmbio entre professores do Brasil e dos Estados Unidos. O dep. Lauro Cruz agradece a exposição de Mr. Smith e Mr. Bixler e, em traços breves, descreve o sistema brasileiro:

- Não há variedade nos cursos brasileiros - diz, inicialmente. Depois do jardim da infância (kindergarten), a criança entra aos sete anos no curso primário. Cinco anos depois inicia o curso secundário, que se divide em 4 (ginásio) e 3 (colégio). De acordo com recente lei aprovada, de Diretrizes e Bases da Educação, há maior elasticidade no ginásio, embora os dois primeiros anos não variem. No 2º período secundário de três anos, há os cursos clássico e científico. Terminado o secundário, pode o aluno concorrer à universidade, prestando exame de habilitação. Na Universidade, por dispositivo recentemente aprovado, o aluno pode fazer dois anos iniciais e depois entrar em outro curso su-

terior sem ser preciso começar, do primeiro ano, essa outra especialização.

Outros esclarecimentos são prestados pelo dep. Lauro Cruz. Alude à descentralização de ensino decorrente da lei de Diretrizes e Bases da Educação, que permite aos Estados maior autonomia de ensino.

Finda a exposição, despedimo-nos. Temos às quatro de estar em casa de Mr. and Mrs. Mortimer Fleishhacker Jr., presidente do World Affairs Council of Northern California.

A recepção é cordialíssima. 28 de março, dia de aniversário do dep. Abel Rafael. Em sua homenagem, ergue-se o toast. Um tanto comovido, o deputado mineiro diz que pela primeira vez aniversaria no estrangeiro. Mas é um prazer ser lembrado pelos amigos em terra que não lhe é mais totalmente estranha.

Stanford Research Institute

29 de março. Confirma-se o que se diz do cearense: pode ser encontrado em toda a parte. E não é que um cearense nos recebe no Stanford Research Institute, em Menlo Park? Chama-se José Helito Pamplona e no cartão de visita trata-se de um engineer research analyst da Divisão Econômica do S.R.I. É quem nos recebe logo à entrada. Recebe-nos e apresenta aos professores Frank L. Turner e Wilson F. Harwood.

Entramos numa sala de conferências e de exposição de slides. Mr. Harwood diz, em breves palavras, o que é o Stanford Research Institute. Antes de tudo o S.R.I. é um organismo particular especializado em pesquisas nos mais diversos setores da tecnologia.

- Presentemente o Instituto está preocupado com problemas de desenvolvimento. Aqui funciona o Centro de Desenvolvimento Internacional, que vem atuando em dois setores: 1) através de estudos, em Menlo Park, ligados a investimentos visando à alimentação das populações subdesenvolvidas por meio do aproveitamento dos excedentes de alimentação (Índia, Honduras); 2) através da escolha de determinadas áreas do mundo como centros de aplicação dos estudos. É o caso do Nordeste brasileiro.

Lembra Mr. Harwood que o S.R.I., em 1957, já reuniu 60 líderes de várias nações para uma conferência em San Francisco. Presentemente, está estudando os planos de aplicação no Nordeste e outras áreas, relacionados com o Programa de Aliança para o Progresso. Pensa também o Instituto em estimular instituições congêneres no Nordeste.

- É uma questão de tempo, de coordenação, de estudos especializados - conclui.

Um bolsista do S.R.I.

Mr. Pamplona é um dos raros bolsistas junto ao Stanford Research Institute, onde se encontra desde junho. Começa a falar:

- Desde 1949, o número de bolsistas - tal o rigor seletivo - apenas alcançou quarenta. Somos 7 atualmente. E atuamos nos campos da Química, Física, Biologia, Engenharia.

Narra um pouco de sua experiência pessoal. Embora engenheiro, veio fazer economia desde junho do ano passado. Já trabalhou em três projetos: o primeiro, um estudo das possibilidades de exportação do leite em pó norte-americano, adotado pelo

Ministério da Agricultura; o segundo, estudo sobre o mercado norte-americano interno de tratores, que alcançou o grau de saturação; o terceiro, estudo sobre o transporte da Europa para os Estados Unidos. A saturação no mercado de tratores determinou a queda das vendas de 300.000 para 150.000 tratores em 1960.

- O Instituto tem 1.950 homens, dos quais 1.000 são técnicos, 300 são cientistas, 500 de alto nível e 150 são masters, de alta qualificação profissional.

Mr. Pamplona está satisfeito com o Stanford Research Institute. Trasta informações sobre o problema do desemprego nos Estados Unidos. Diz que normalmente há 5.000.000 de desempregados em todo o país.

- As táticas usadas para evitar a extensão do fenômeno e seu agravamento são a diminuição da hora de trabalho e a aplicação de obras públicas.

Mr. William S. Joyce passa uma série de slides na tela da sala. Slides referentes ao Stanford Research Institute e arredores.

A rigor, não houve debates nem questões nesse encontro. Mr. Joyce, que é o Management of the Sciences Group do S.R.I. diz que nos últimos três anos há uma preocupação constante em torno dos problemas humanos. Refere-se a Formosa e o dep. Cardoso de Menezes pergunta sobre um projeto de construção de barragem e outros de investimentos industriais, de que teve notícias quando lá esteve.

- Em Formosa estamos preocupados em atender a certos setores industriais, principalmente no campo da pesca.

- Há índios em Formosa? - indaga o dep. Yukishigue Tamura.

- Que eu saiba, não. Lá a população é de dois civis pa-

ra um soldado.

Somos apresentados a Mr. Donald Scheuch e Mr. Ronald Hilton, da Universidade de Stanford, estudiosos das línguas espanhola e portuguêsa.

Na Casa de Bolívar

Depois do almoço, em Ramor Oaks, vamos conhecer a Casa de Bolívar, na Universidade de Stanford. O prof. Ronald Hilton é diretor do Hispanic American Studies da Universidade de Stanford. Fala correntemente o português; e em português nos apresenta a um sacerdote brasileiro presentemente em San Francisco, Padre Bocha; ao professor James Taylor, autor do dicionário Português - Inglês e Mrs. Taylor.

Antes, havíamos percorrido a Bolívar House. É significativa a preocupação do prof. Hilton para com os problemas latino-americanos. Teve essa idéia de fundar a Bolívar House em plena guerra civil espanhola. Sentia a necessidade de tornar mais atual o interesse de povos não latinos pelo que se passa entre os povos realmente latinos. A começar pela demonstração de desconhecimento total da própria geografia, quando, antes de Brasília, dizia-se que Buenos Aires era a capital do Brasil...

Mr. Hilton não é chegado a protocolos. Depois de uma apresentação um tanto pitoresca de quantos estão presentes, faz breve memória dos patronos do Institute of Hispanic American and Luso-Brazilian Studies.

- Em Stanford temos predecessores no estudo e no conhecimento dos problemas luso-brasileiros. Não são poucos no Recife e em Salvador que não conhecem John Casper Branner e Percy Alvin

Martin, nomes ligados à sociologia brasileira.

Lembramo-nos de Gilberto Freyre. Antes de Casa Grande & Senzala, estêve Ele aqui em Stanford. Onde havíamos lido qualquer coisa a respeito? Branner, Martin... Talvez na primeira introdução à Casa Grande. Exatamente - confirmamos mais tarde quando Gilberto Freyre rememora o convite recebido do prof. Martin para dar um curso de conferências a um grupo de estudantes de Stanford, e lá mesmo também se demorara em trabalhos de pesquisa sociológica na coleção de assuntos brasileiros pertencente a John Casper Branner.

Mr. Hilton continua:

- Branner era um estudioso como poucos. Chegou a escrever uma gramática da língua portuguesa, traduziu para o inglês a História da Inquisição em Portugal, de Herculano, além de monografias sobre diversos aspectos da vida brasileira.

Mostra-nos um retrato de Percy Alvin Martin:

- Esse grande estudioso dos problemas brasileiros traduziu a História do Brasil, de Calógeras, livro que o Centro Luso Brasileiro está pensando em atualizá-lo. Também de Martin é uma edição do Who's Who in Latin America.

Temos uma idéia precisa do trabalho e da participação do prof. Hilton na divulgação dos estudos sobre os problemas latino-americanos, principalmente do Brasil. O Instituto vive diretamente às expensas da própria Universidade, da qual recebe subvenções anuais.

- Os senhores já conhecem o que estamos fazendo aqui em Stanford. Seria interessante ouvirmos Mr. H. Donald Winbigler, o Dean of Students em Stanford.

- Podemos conversar - diz Mr. Winbigler.

Gênese de uma universidade

O PROP 10 Dean inicia a conversa.

- Têm-nos perguntado sobre o processo de reconhecimento das escolas superiores, inclusive de uma universidade. Há poucos anos bastava uma exposição patrimonial para que as comissões de reconhecimento deferissem o pedido de entidades de ensino superior. Hoje, não. Os Conselhos Distritais designam representantes junto às comissões de reconhecimento, para estudo das atividades realmente educacionais, seus programas e seu nível.

- Não há um sistema unificado de reconhecimento para todo o país?

Mr. Winbigler responde ao dep. Lenoir Vargas:

- Os esforços visando à unificação de um sistema de reconhecimento federal têm sido desencorajados pela tradição liberal de resistência a tudo o que representa a presença toda-poderosa do Estado. Essas apreensões têm certa razão, porquanto poderia implicar num próximo ou remoto controle de certa maneira odiosa.

- Em que proporção coexistem a educação universitária particular e a de controle estatal? - pergunta o dep. Cardoso de Fenezes.

- Antigamente, a educação superior era atribuição es- trita de particulares, principalmente os grupos e associações religiosos. Mas hoje em dia vemos dois setores de educação superior. Há mesmo a presença de apoio público em 60% das universida- des; 40% são particulares. Na Nova Inglaterra, por exemplo, as instituições particulares são poderosas. Entretanto, apesar des- sa diferença de 20% entre universidades públicas e privadas, a

grande proulação universitária frequenta essas últimas.

O Dean revela alguns dados. Há 9.500 alunos na Universidade de Stanford, dos quais 5.500 pre-graduados. E 1.000 empregados em regime de tempo integral. O orçamento anual é de US\$... 25.000.000, não incluindo despesas com enfermagem, dormitórios, serviços auxiliares, que elevariam aquele total para US\$ 55 milhões.

- Quanto paga um aluno? - pergunta o dep. Dirceu Cardoso.

- O custo de um aluno é de 3.000 a 3.500 dólares por ano. O aluno paga 40% desse total.

Conclui Mr. Winbigler sua exposição, informando que no ano passado as doações recebidas de fundações particulares somaram 22 milhões de dólares.

#### The Hoover Tower

DEIXAMOS a Casa de Bolívar para visitarmos uma torre de pedra construída por Mr. Herbert Hoover e que faz parte da Hoover Institution. Não chegamos a conhecê-la por dentro. Mais uma vez, o tempo nos impede de ver e de sentir mais de perto o mundo de cultura existente nos Estados Unidos. De modo que, muito daquilo que gostaríamos de analisar, de esmiuçar, de observar em seus pormenores, por força do curto tempo e de um programa extenso, está sendo visto menos por olhos de turista - que por vezes se demora em ver mais deerto - que, como se diz em inglês, por a bird's-eye view.

Mr. Hoover, que logo depois da Primeira Grande Guerra começou a sentir de perto o drama das catástrofes coletivas provocadas pelos desequilíbrios sociais e políticos, resolveu criar

um laboratório que permitisse, em larga escala, o estudo das causas e efeitos dos conflitos internacionais. Começou a recolher documentários das diversas épocas e nos mais diversos países: manuscritos de proclamações, fotografias, cartas, jornais e revistas. Organizou no começo a Hoover War Library.

Surgiram colaboradores. E a biblioteca se transformou no que é hoje a Hoover Institution on War, Revolution and Peace. A torre, onde se abrigam os documentários, foi inaugurada oficialmente em 1941. Com 85 metros e meio de altura, seus quatorze andares de biblioteca abrigam uma documentação de milhões de itens, incluindo livros, documentos, manuscritos, diários, panfletos, mapas, fotografias, além de cerca de 22.000 jornais e periódicos. Também alguns discos foram colecionados.

O guia, imperturbável em sua mecânica descrição, ocupava-se em citar números. A Hoover Tower dispõe de 60 empregados representando 15 nacionalidades e falando 25 línguas.

Não subimos ao topo da torre. O prof. Ronald Hilton nos esperava em sua residência. Fomos. E lá nos entretermos, uns a conversar, outros a correr os títulos dos livros, numa casa em que biblioteca e repouso dão bem a idéia da vida interior e particular de quem nela habita. Foi um reencontro, mesmo breve, de meia hora, com títulos que não líamos há meses, há semanas, há poucos dias distantes do Brasil. Toda a Coleção Brasiliiana estava ali, completa. Um livro com dedicatória do autor: O sobrado na Fazenda Fecifense, do dep. Adorbal Jurema, Euclides, Machado, Pomero, Érico Veríssimo, José Lins do Rêgo e Jorge Amado. Graciliano Ramos. Guimarães Rosa. Gilberto Freyre. Poemas de Drumond e de Bandeira. Na sala discreta, de livros a mancheias, conversávamos.

No Oakland City College

30 de março, sexta-feira. Temos programa em Oakland. Às oito e meia devemos estar no lobby para visitarmos o Oakland City College, em Loney Campus.

Recebidos por Richard F. Hooker, percorremos em sua companhia toda a escola, Colégio vocacional, começamos pelo salão de linotipia e terminamos nas oficinas de automóvel.

- Estamos com 1.050 alunos, 70 professores nos cursos diurnos e 85 nos cursos noturnos. O ensino aqui é gratuito. E o orçamento anual é de US\$ 1.500.000.

Um curso nos despertou particularmente a atenção. Trata-se de tornar mais rápida a capacidade de leitura. O livro utilizado, Reading Skills, de William D. Baker, é um convite à leitura nesses tempos de pouco tempo disponível. E se o Reading Skills ensinando a ler depressa - em nossos tempos de pressa e automação - tornar mais superficial a assimilação do que se lê ?

Não temos tempo de refletir sobre essas questões. Quase meio dia. Devemos ir ao Kaiser Center, onde seremos recebidos por Mr. Leonard K. Schwartz, vice-presidente de Henry J. Kaiser and Company. Almoçamos no Q. G. de uma das maiores potências industriais dos Estados Unidos. Logo depois iremos conversar com um grupo de operários do Central Labor Council, em Oakland.

Greves, educação e salários

Do grupo de quatro operários que nos recebe na sede do Central Labor Council, anotamos os que mais se sobressaem na exposição e nas respostas às questões formuladas: Mr. Roberto S,

Asch, secretário e Mr. Richard Groulx, do centro sindical.

O Central Labor Council congrega 157 sindicatos, reunindo 70.000 membros. A filiação é voluntária. Mas acontece que em Alameda, 98% dos sindicatos pertencem ao Central Labor Council.

- Quando um sindicato deseja entrar em greve, pede licença ao Conselho. Este reúne-se em Junta de 216 membros. Procura-se uma conciliação com os patrões. E conclue-se, afinal, se há ou não necessidade de greve para que a reivindicação seja atendida. Quase sempre a Junta atua como conciliadora. Mas no caso de considerarmos que o empregador está realmente errado, a ordem do Conselho é dada imediatamente: podem ir à greve.

Passa-se às perguntas. Quer saber o dep. Abel Rafael a percentagem do salário gasta em alimentação, vestuário e residência.

Mr. Groulx explica:

- O salário mínimo recentemente em vigor é de um dólar e vinte e cinco cents na indústria, numa semana de quarenta horas. Normalmente, gastamos 30 a 35 dólares em alimentação por semana. 75% dos operários têm casa própria e também automóvel.

- Acham os senhores bem empregado o dinheiro gasto com a educação? Outras palavras, estão satisfeitos em saber da aplicação do tributo destinado ao ensino? - pergunta o dep. Lauro Cruz.

- Claro que estamos. É certo que ninguém gosta de pagar imposto, principalmente quem vive de salários. Mas sentimos que nosso dinheiro está sendo bem aplicado. Apenas achamos que se dá valor demais a escolas profissionais (colleges) ao ensino acadêmico.

A conversa gira em torno do trabalhador rural.

- O trabalhador rural não é bem pago. O salário mínimo

é de US\$ 1,25 por hora, mas é difícil um cálculo exato, porque também recebem casa e comida. Geralmente são pagos por produção e muitos chegam mesmo a ganhar 3 dólares por hora. Nas épocas de colheita, são transportados para os locais de trabalho e a via gem é deduzida do salário. A rigor, não gozam de nenhuma proteção especial. Podemos mesmo afirmar que não existe legislação rural.

- Como os senhores encaram o problema do comunismo? — pergunta o dep. Cardoso de Menezes.

- Francamente, não nos interessamos pelo comunismo. Temos um padrão de vida satisfatório. Os trabalhadores rurais é que poderiam sofrer influência de idéias comunistas. Mas eles não entendem e nem se interessam pelo problema. Entre os trabalhadores urbanos não existe comunismo. E acredito que continue a não existir, no menos enquanto durar esse período de prosperidade.

- E o ensino rural? — indaga o dep. Abel Rafael.

- Não é tão desenvolvido quanto devia ser. Somos trabalhadores urbanos. De modo que não conhecemos esse aspecto.

- Os senhores podiam nos informar sobre a educação vocacional?

- Muito se tem feito nesse sentido de orientar e procurar descobrir na criança suas inatas tendências vocacionais. Mas, na prática, o filho geralmente é inclinado à vocação que os pais desejam. A nosso ver a seleção vocacional ainda está em fase experimental. Mesmo porque os alunos durante largo período da infância não sabem o que querem.

Nosso tempo é escasso. Mrs. Galloway diz que devemos ir à Universidade da Califórnia. Mas os operários desejam conhecer alguma coisa do Brasil.

O dep. Abel Rafael explica a situação político-partidária do Brasil, o pluripartidarismo, embora afirme que, em matéria de educação, os deputados presentes têm ponto de vista comum.

Com a palavra, o dep. Lauro Cruz expõe, em síntese, os ciclos de ensino no Brasil.

Uma carta de Cesar Lattes

NÃO estava no programa a visita à Universidade da Califórnia, em Berkeley. Mas o dep. Lauro Cruz era portador de uma carta do prof. Cesar Lattes.

Somos recebidos pelo prof. E. M. Macmillan. Mr. Cruz expõe, em poucas palavras, o objetivo da visita. Entrega a carta. Mr. Macmillan retoma o fio da conversa e conta que em 1930 surgiu a idéia de organizar-se o laboratório de pesquisas. Laboratório que foi ampliado depois da Segunda Guerra Mundial.

- Desde 1945 o governo federal se interessou pelo desenvolvimento das pesquisas, principalmente no campo da eletrônica e da energia nuclear. A participação oficial em nossos gastos vai a 100 milhões de dólares por ano.

Recorda a participação do prof. Cesar Lattes na descoberta do meson. E dá outras informações sobre o staff do Laboratório: 136 físicos, 140 químicos, 245 engenheiros, 400 técnicos de categorias afins. Ao todo, trabalham no Laboratório da Califórnia cerca de 3.000 pessoas.

Finda a conversa com Mr. Macmillan, visitamos o instrumental de onde têm nascido grandes descobertas da física nuclear. Está encerrado o programa em San Francisco. Voltamos ao Canterbury Hotel e nos preparamos para a viagem a Los Angeles.

LOS ANGELES

MARÇO, 31. Dia inteiro em viagem com destino a Los Angeles pela Southern Pacific Railroad. O expresso parou três ou quatro vezes em toda a viagem. Paisagem de um verde que, nessa é peca do ano, só existe mesmo na Califórnia. Fastagens, plantações, macieiras, laranjais. Um dia de viagem.

Ao comêço da tarde, primeiros sinais de mar próximo. Bem que podíamos sentir cheiro de mar e marisia, não fôsse o ambiente fechado, ascético e refrigerado dos vagões. O mar aparece, esconde-se e desaparece atrás de ondulações verdes. Sondas de petróleo, em excavação rítmica, furam a terra. Novamente laranjais, fazendas, terra em preparo para receber as sementes. O sol declina. Nomes de vales conhecidos aparecem nas estações - San Diego, San Fernando Valley. Estamos chegando a Los Angeles. O trem para. E logo depois seguimos para o Statler Hilton Hotel.

Primeiro de abril. Domingo. Dia próprio para uma visita à Disneylândia. Descrevê-la neste relatório? É matéria imperitante, para usarmos linguagem regimental. Diremos apenas que Disneylândia não só nos devolve à infância perdida, como realiza o milagre de admitir que no reino da infância tudo pode acontecer. Viagens submarinas. Viagem à lua. Terra do Amanhã. No Reino da Fantasia. Trem do Futuro. Viagem ao Passado.

- Mr. Kruchev - informa-nos Walter Kemmsies, nosso intérprete - ficou enfurecido porque não lhe foi permitido visitar Disneylândia. Não havia suficiente segurança pessoal.

A admitir a sincera reação de Mr. Kruschev, vale a pena

na acreditar que, em pleno mormaço da guerra fria, com explosões atômicas de lado a lado, seria interessante que uns quatro homens que se dizem grandes na face da terra, entrassem na imaginação máquina do tempo de Welles e se tornassem crianças de novo em Disneylândia. Antigo o mundo, nem de brincadeira, seria destruído...

- Bem que essa idéia podia tornar-se regimental - diz-nos o Pato Donald. Vou falar com Mr. Disney,

E sai correndo pela Main Street de Disneylândia.

#### Cerritos College

DOIS de abril. Cedo, fomos visitar o Cerritos College. Mr. Ralph F. Burnight, presidente e superintendente da escola, recebe-nos e nos encaminha a uma sala para o clássico coffee and cream. Apresenta-nos o Mr. Robert Rockwell, diretor. Fazendo as vezes de intérprete, Mr. Joe A. Gonsalves, prefcito de Dairy Valley, acompanha o grupo.

Já sabemos o que se ensina num college norte-americano. De modo que os esclarecimentos de Mr. Burnight apenas vêm suplementar os dados de que dispomos.

Neste Cerritos College, por exemplo, há um curso preparatório acadêmico essencial a uma aprendizagem mais ampla do curso profissional. E sempre há entendimentos constantes com as indústrias que buscam mão-de-obra especializada.

- Recebemos qualquer aluno de mais de dezoito anos que tenham concluído o high school. São ministrados cerca de 50 cursos. Disponemos de 117 professores em regime integral e 40 em regime parcial. Há 1.700 estudantes em tempo integral e 4.600 apenas estudam poucas horas por dia.

O ensino é gratuito. O orçamento da escola vai a 2 milhões e 500 mil dólares. O Estado participa com 25%; o resto é pago pelo Município.

A visita se prolonga por meia hora. Não há alunos em aula. Irão eles chegar mais tarde, no segundo turno. Despedimo-nos da direção do college e vamos ao Women's Club, em Garden Grove. Clube feminino por excelência, somos recebidos por Mrs. J. Donald Mac Gregor. Miss Boris, repórter do Garden Grove News tira algumas fotografias.

#### Escola rural em Tustin Union

QUASE uma hora de ônibus, chegamos a Tustin Union onde está instalada uma high school do Agricultural Department. Mr. Berg, que nos recebe, prefere ouvir perguntas em vez de proferir qualquer palestra preliminar. Atende logo à pergunta do dep. Dirceu Cardoso:

- Nesta escola - diz Mr. Berg - os meninos cultivam a terra e fazem o curso de fazendeiro. Nós é que lhes pagamos na base do que produzem. O aluguel da terra é de um ano.

- Quantos anos de currículo escolar? - indaga o dep. Lauro Cruz.

- Este ginásio é de quatro anos. Quatro anos que permitem ao aluno um conhecimento teórico e prático do que é administrar uma fazenda. Os que desejam conhecimentos superiores vão à Escola de Agronomia. Geralmente eles saem da escola aos 17, 18 anos e vão ocupar-se mesmo de coisas de fazenda.

\* - Que diploma lhe é conferido? - volta a perguntar o dep. Dirceu Cardoso.

- O diploma equivale ao curso de ginásio (high school).

- Só agricultura? - interroga o dep. Lauro Cruz.

- Nem só agricultura. Também comércio e administração.

Cursos de produção, de custos, etc. Geralmente, a percentagem dos que seguem os cursos de universidade (agronomia, agricultura especializada) vai a 60%. Presentemente contamos com 1787 alunos.

O dep. Dirceu Cardoso quer saber os títulos que designam as principais especializações agrárias:

- Nos Estados Unidos, temos o capataz, o técnico agrícola e o agrônomo. Essa trilogia é que administra a fazenda - diz o prof. Traufgruben, engenheiro agrônomo da escola. - Quanto à fase didática, saindo do college, o aluno entra na Universidade e lá se especializa.

- Ensina-se agricultura no ginásio? - quer saber o dep. Yukishige Tamura.

- A finalidade do ensino agrícola no ginásio é dar um curso geral de agricultura.

Pergunta o dep. Dirceu Cardoso sobre as causas da erosão na Califórnia. Mr. Traufbrugen depois de salientar que a erosão é uma das preocupações principais no setor agrícola, explica que a causa primordial é a chuva.

- A irrigação é simples; a água é que é muito cara.

- Quantas caixas produz, em média, uma laranjeira na Califórnia?

A resposta é dada no dep. Dirceu Cardoso:

- Em média, uma laranjeira produz oito caixas de laranjas.

- E uma caixa, quantas laranjas?

- Cento e vinte, aproximadamente.

Saimos para visitar as dependências da escola. No es-

táculo, dois alunos cuidavam da limpeza de uma novilha jersey.

Jantar na Universidade

Dr. Rufus B. von Kleinsmit, chancellor da University of Southern California é nosso host. Estamos num jantar oferecido à Comissão. O chancellor saúda os convidados e ergue o toast. O dep. Luís Cruz agradece e diz do prazer de estar na presença de jovens brasileiros que se encontram aperfeiçoando seus estudos.

Registramos a presença de quinze participantes do jantar: Dr. e Mrs. Frank L. Sherwood, Dr. e Mrs. David Mars, Dr. e Mrs. Chong M. Pek, Mr. e Mrs. Glenn Beckwith, Dr. Paul D. Hadley, Dr. Aurelius Morgner, Mr. Ronald Olmsted, Mr. David Sargent. E agora os brasileiros: Srs. Túlio Bogo, Rómulo Carvalho, Fernando Bessa, Aluizio Pinto, João Matto, Hermínia Ferri, Luro Alves e Jorge Hage e senhorita Nely Ferrari.

Temos para o dia seguinte um programa intenso.

Espírito universitário

ESTAMOS no Institute of International and Foreign Studies da University of Southern California. Mr. Robert G. Neumann, diretor do Instituto, recebe-nos para uma palestra. Reunimo-nos em sua sala de trabalho. A digressão é breve.

Mr. Neumann afirma que as universidades norte-americanas são muito independentes.

- Não temos aqui nenhum Ministério da Educação.

Confirma as apreensões de Mr. George Christopher, prefeito de San Francisco:

- Estamos preocupados em atender ao crescimento da população infantil. Há um programa que está sendo desenvolvido com vistas a resolver esse boom de novos estudantes. Estão matriculados em nossa universidade 18.800 alunos.

Mr. Neumann fala a respeito das línguas estrangeiras de maior preferência: francês, alemão, russo, espanhol.

- O português não é tão procurado quanto o espanhol. Mas a "colônia" brasileira é de primeira categoria em nossa universidade. Estão seus representantes entre os melhores alunos.

Onze horas. Dr. N. S. Assali e o Prof. H. J. Bruman expõem em breves traços os sistemas universitários dos Estados Unidos. E também querem saber o funcionamento das universidades brasileiras. Na conversa compararam-se os dois sistemas. O dep. Lauro Cruz expõe o sistema brasileiro. Diz que nossas universidades ainda não funcionam como um todo orgânico, inspirado por um chamado "espírito universitário" tão presente nos Estados Unidos e na Inglaterra.

- Mas a tendência é criar esse espírito. E, para tanto, a universidade de Brasília é, na realidade, um passo realmente positivo.

#### Um sistema pluralístico

MEIO dia. Almoço. A lista dos participantes bem revela o interesse que a Comissão de Educação e Cultura está despertando nos meios universitários que visitamos. Anotamos os presentes: Franklin D. Murphy e Robert G. Neumann, respectivamente, Presidente da Universidade e Diretor do Instituto de Estudos Internacionais e Estrangeiros; Nicholas Assali, professor de Obstetrícia

e Ginecologia; Byron Atkinson, Dean dos Estudantes; Jesse Bond, professor de Educação e Diretor Supervised Teaching; Henry Bruman, coordenador do UCLA Brazilian Student Leader Exchange Program; Max Dunn, Assistant Dean; Cordell Durrell, Vice Presidente do Departamento de Geologia; Claude W. Fawcett, Education Placement Officer; Russel Fitzgibon, Assistant Dean; Claude Hulet, professor de Espanhol; Donald Laboskey, Placement Officer Manager; e Carroll Parish, Vice-Dean; Stanley Rose, Vice-Presidente do Departamento Espanhol-Português; A. Garth Sorenson, Assistant Dean, School of Education, Student Services; Lynn T. White, Vice-Presidente, Educational Policy Committee, Professor de História; Marion A. Zeitlin, Professor de Espanhol e Português.

Mr. Murphy inicia a série de discursos que vamos ouvir. Acabara de regressar do Brasil, onde assistira ao Carnaval. Fôra tratar de assuntos sérios, principalmente no que diz respeito ao aumento de intercâmbio no setor do ensino universitário. Há, desde alguns anos, um grupo que se reúne com esse objetivo. Nesse grupo, Mr. Murphy cita dois brasileiros: os Professores Anísio Teixeira e Antônio Júlio Cintra, Este da Universidade de São Paulo.

- Nossos trabalhos foram encerrados num sábado de Carnaval. Imagine os senhores o que é repousar o espírito numa festa daquelas. E depois do Carnaval visitei Brasília, onde fui recebido pelo Presidente João Goulart e o Primeiro Ministro Tancredo Neves.

Feita essa referência à viagem ao Brasil, Mr. Murphy começou a opinar sobre problemas da educação:

- Para um conhecimento exato, profundo, objectivo do sistema universitário norte-americano, considero da maior conveniência saber dois pontos essenciais. Primeiro, que nenhum siste-

ma é mais pluralístico que o sistema norte-americano. A essa altura da viagem os senhores já devem conhecer de sobra o que lhes foi apresentado. Segundo, o ponto de vista filosófico de nossa educação. Ele faz parte do direito individual. O próprio interesse nacional está implícito em nossa filosofia de vida: Devemos dar oportunidade a todos. E a educação ocupa o primeiro plano.

Continua: - Teríamos caído no risco do laissez faire? Alguns acreditam que sim. Mas esse laissez faire aparente, haja vista nosso sistema pluralístico, forjou uma mentalidade ampla e saudável, principalmente entre os jovens. Não há nos Estados Unidos o fenômeno do desemprego intelectual. De modo que se tem todo como princípio o reconhecimento das necessidades técnicas e o preenchimento da formação vocacional, digo mesmo profissional de cada um. Temos de satisfazer, a um só tempo, as necessidades do indivíduo e as necessidades da própria nação, do próprio país.

O laissez faire está sendo superado por uma técnica de planejamento que visa coordenar a educação, principalmente em nosso Estado da Califórnia, que, pelos problemas nele existentes, é quase um país.

Mr. Murphy passa a citar números:

- O orçamento desta universidade é de 40 milhões de dólares. Há 18.000 alunos em tempo integral e curso acadêmico completo. Até 1970 espera-se que o número de alunos some 27 mil. As construções para ampliação da Universidade vão exigir 100 milhões de dólares. E a essa época o orçamento será de 83 milhões.

O mais importante, porém, é que o crescimento das construções e novas instalações será paralelo ao crescimento do nível educacional. Temos dois propósitos a atingir: oportunidade para todos e orientação profissional dos alunos, segundo sua ca-

pacidade.

Mr. Murphy esperou que o intérprete traduzisse suas últimas palavras. E com certo humor carioca arrematou o discurso:

- Em síntese, ora isso o que tinha a dizer. Espero rever os senhores noutra ocasião. Quem sabe, no próximo carnaval carioca?

#### Uma época de transição

UMA hora e meia da tarde. O programa na Universidade prossegue ao compasso das horas. Os encontros e possíveis dissertações são muito rápidas. Que se pode fazer numa tarde, dentro de uma Universidade de 18.000 alunos como a de Southern Califórnia, senão olhar as sólidas paredes do solário, as trepadeiras ainda mal refeitas do inverno, a grama que só agora começa a tornar-se verde, os grupos de alunos em ruidosa e tranquila ale - gria? Temos encontro com Mr. Lynn White e Prof. Russel H. Fitzgiboon.

- Os senhores ouviram o que o Prof. Murphy expôs sobre a pluralidade do sistema educacional norte-americano. Mas a essa altura de nossa evolução estamos sentindo necessidade de ajustarmos alguns setores de nossa educação às exigências da sóciedade. Temos um campo largo de pesquisas, aparentemente supérfluas e por alguns até desnecessárias, quando não perigosas. Mas a época é de transição, como estamos sentindo. ora, se há independência de ação na escolha dos currículos, certamente nosso esforço será no sentido de ajustarmos esse sentido de independência a programas que devam ser rigorosamente seguidos. É um de nossos principais problemas do momento.

Formação de professores

DUAS horas. Com os professores Claude Fawcett e A. G. Sorenson. Não há exposição. Entramos no registro do diálogo. Mr. Fawcett e Mr. Sorenson dirigem o setor docente da universidade,

- Qual o tempo necessário à formação de professores ? indaga o dep. Lenoir Vargas.

- Era de dois anos, até 1920, o tempo exigido para a formação de professores; a partir de 1930, três anos.

- E para o ensino secundário? - interroga o dep. Louro Cruz.

- Para ensinar na high school, exige-se um preparo de cinco anos. Mas quase sempre ele tem um diploma de master e também um ano de aprendizado pedagógico. Na high school, o professor se prepara para atender às exigências do curso, abrangendo todas as matérias acadêmicas, embora possa ele escolher uma matéria para a qual deseje especializar-se.

- Esse preparo de 5 anos - agora quem fala é o Prof. Sorenson - divide-se em três períodos. Nos dois primeiros anos: inglês, ciências físicas, ciências biológicas. Nos dois anos seguintes: especialização em uma matéria. No último ano de formação didática, o aluno estuda psicologia educacional, aplicação de testes, ensinamentos e metodologia educacional.

- Há exame oral?

Mr. Sorenson responde ao dep. Yukishige Tamura:

- O exame oral depende do professor. Normalmente, há prova escrita de todas as matérias. E o aluno poderá defender te se se tiver concluído o master.

O dep. Louro Cruz quer saber das exigências para o professor ser contratado:

- Para ensinar no curso universitário éle precisa de diploma de doutorado e também lhe é exigido o currículo vitae.

Indago o dep. Endaró Júnior sobre o sistema de trabalho.

- Seleccionados os melhores, a Universidade os contrata por determinado período - esclarece Mr. Sorenson.

Marília, filha do dep. Lauro Cruz, que nos acompanha em visita às universidades, pede licença para indagar do aproveitamento dos recém-formados.

- A colocação dos recém-formados é um dos nossos grandes problemas. Saem desti escola, anualmente, 1.400 rapazes. Não temos nesse sentido um departamento especializado, a cargo de Mr. LaPoskey, com quem os senhores irão conversar depois de nosso encontro. Quanto aos que estudam para ser professores secundários, não há problema. Há sempre escolas necessitando de professores.

- E a percentagem de professores e professoras? - pergunta o dep. Yukishigue Tamura.

- Na high school, a percentagem é equilibrada. Metade professores, metade professoras. Na elementary school, setenta por cento são professoras. Nas universidades, os homens são maioria.

#### Emprego para os estudantes

TPES horas. Com Mr. D. LaPoskey, Placement Office Manager. Encarrega-se do setor responsável pela colocação de alunos recém-formados.

- Procuramos colocar estudantes, seja qual for sua especialização. Só não nos preocupamos com os que se dedicam ao magistério; e também com estudantes de Direito e Medicina. Mas nos

interessados das carreiras de Comércio, Técnica Industrial e outras afins.

Mr. D. LaPoskey informa que funciona em seu departamento um board encarregado de consultar os alunos sobre suas preferências, interesses, qualificações profissionais.

- Na Califórnia, 80% dos estudantes trabalham durante as férias. Então, preocupamo-nos em empregá-los nas férias de verão em funções relacionadas com o que estudam. Daí por que dividimos nosso setor em empregos de verão e empregos profissionais. Ora, como observamos também que nem todos os setores oficiais ou particulares exigem formação acadêmica, dividimos os candidatos em três níveis:

- a) alunos interessados em engenharia;
- b) alunos interessados em comércio, economia, indústria (em geral) e administração pública;
- c) alunos interessados em assuntos gerais, belas-artes, inclusive literatura, artes plásticas, também teatro etc.

Mr. D. LaBoskey solicita de sua secretária alguns dados. E prossegue:

- Os senhores estão interessados em saber como colocamos êsses alunos. Primeiro lugar, a procura é grande; segundo lugar, também grande é o recrutamento de pessoal habilitado. E há um ponto que vem dar apoio ao nosso esforço. Aqui na Califórnia, cerca de 500 empresas (indústria, comércio) também representantes escolher em nosso departamento os profissionais de que estão necessitando. Em geral, metade dos alunos irá nesse emprego; a outra metade consegue um emprego temporário, de acordo com as referências.

Recebemos folhetos sobre a matéria que estamos ouvindo. Mr. LaBoskey continua:

- Engenharia, principalmente engenharia eletrônica é o setor onde maior é a procura de técnicos e também onde os salários são mais altos. Depois, comércio; e a seguir, vendas.

- Quanto ganha um professor universitário?

Mr. LaRoshay dirige-se para o dep. Dirceu Cardoso:

- Nos últimos doze anos o salário universitário foi duplicado. Um engenheiro recebe de 550 a 650 dólares por mês. Mas o que importa é o desenvolvimento cultural ligado à atividade profissional. Um líder de emprésus garante de 500 a 525 dólares. Claro que estou me referindo aos salários iniciais. Um geólogo - exemplo que me ocorreu agora - não é tão procurado e geralmente ele consegue emprego em firmas de petróleo. Por fim, temos os profissionais liberais cujo êxito depende muito do talento individual. Escritores, pintores, escultores. Basta um livro, um quadro, uma escultura. Enfim, o êxito depende de outros fatores. E tanto pode surgir um best seller como um livro sem leitura. Muitos jovens autores não conseguem editores para os seus romances, as suas novelas; nem expositores para suas criações plásticas.

- Quantos alunos são empregados por este departamento? indaga o dep. Dirceu Cardoso.

- Normalmente, todos os estudantes cedo ou tarde são colocados. Há muita procura. Em tempo integral, colocamos em média 3.000 alunos por ano. Estamos atrelados no setor científico e creio que nos próximos dez anos não teremos suficientes técnicos nesse setor. Antes de tudo, é um problema de vocação.

- E o teste vocacional? - interroga o dep. Leuro Cruz.

- Também realizamos o teste vocacional. Quando os alunos estudam para os níveis de posgraduação, há psicólogos que procuram auxiliá-los na escolha da carreira.

- Qual é carreira menos procurada ou de mais difícil colocação? - pergunta o dep. Yukishige Tamura.

- Nossa maior dificuldade está na colocação dos que estudam as chamadas ciências sociais: sociologia, política. Também não é fácil colocar estudantes especializados em música.

- O serviço militar é obrigatório? - pergunta o dep. Abel Rafael.

- Alguns organizações aceitam, outros não aceitam os que não fizeram o serviço militar. Nesse ponto, se o aluno é especializado, a convocação pode ser adiada. Depois que se chega aos vinte e seis anos já é mais difícil prestar serviço militar na caserna - conclui Mr. LaBoskey. E agradece nossa visita.

#### Hollywood

Mrs. Galloway informa que estamos na hora de regressar, Causa: Hollywood. Hollywood não constava em nosso programa de visitas. Nem sequer um studio por dentro. Observada a ausência de Hollywood do programa de visitas, e tendo em vista o tão curto tempo em Los Angeles, alguns do grupo procuraram contornar a situação propondo ao menos conhecer um pouco os cenários cinematográficos.

Compreensível o pedido. Hollywood não é só a Meca do cinema. É também uma Meca imaginária, feita não só de fantasia, mas do que existe de mais representativo no mundo do som e das imagens, da técnica e da inventiva cinematográfica. Hollywood faz parte de cada um de nós, nascido neste século, quando o mundo nos foi revelado pela escola pública e a tela do cineminha de bairro. Imagem e som que nos levaram para um encontro mais sé-

rio nos largos e tão estranhos caminhos da vida.

Mas Hollywood não estava em nosso programa. Mrs. Isabel Galloway, chefe do grupo, não quis de todo incentivar a frustação e certo desapontamento da maior parte do grupo. E permitiu que, de regresso ao hotel, o ônibus passasse pela rua central de Beverly Hills.

Beverly Hills, seis horas da tarde. Foi tudo o que vimos de Hollywood.

---

## D A L L A S

NOVAMENTE estamos em um jato da American Airlines. Destino : Dallas, Texas. Diz o roteiro da viagem que sua população é de ... 850.000 habitantes, centro industrial de primeira categoria, três mil firmas movimentam 3 bilhões de dólares por ano, vida cultural intensa.

Curiosa a ausência de nuvens a 12.000 metros de altura. Estamos em pleno deserto do Arizona. À distância, alguns picos coroados de neve brilham ao sol. Pensamos nos pioneiros, na conquista do Oeste, nas lutas tremendas ocorridas na metade do século passado. Exatamente há cem anos. E há cem anos Lincoln fez a reforma agrária favorecendo a posse da terra aos milhares de pioneiros; reforma agrária agora em debate no Brasil, que ainda sofre a influência das capitâncias hereditárias e das sesmarias.

Temos novo chefe de grupo. Chama-se Miss Viola Brothers, que participou da primeira reunião nossa, quando fomos recebidos por funcionários da A.I.D. em Washington. Mrs. Galloway despede-se no aeroporto de Los Angeles.

Chegamos a Dallas às 17,30 horas de 4 de abril, hora local. A diantamos de duas horas nossos relógios. Somos recebidos por membros do Dallas Committee for Foreign Visitors e Dallas Council on World Affairs. Nos escritórios da Braniff os reporteres da imprensa local se ocupam de suas funções. Há entrevistas, flashs fotográficos, coffee and cream, sherry, suco de tomate, tudo isso nos domínios da Braniff, no aeroporto do Love Field. Parece não termos saído do avião. Continuamos nele, não pisamos ainda em terra firme. Essa a impressão de quem chega a Dallas de jato. Em vez da

escada tradicional que nos leva à terra, saímos do bordo do avião para o aeroporto, através de uma cabine conversível que se acomoda à porta do Astrojet.

Continuamos hóspedes da cadeia de hotéis Hilton. Chove em Dallas.

Na Southern Methodist University

5 de abril. Dia cinzento. Recebe-nos Mr. Bob Woods, Professor de Educação. Ouvimos de Mr. Keith Baker alguns esclarecimentos sobre história e formação da Southern Methodist University. Fundada em 1915, até agora foram diplomados 60 mil alunos. Há ne-la diversos centros especializados em pesquisas científicas e tecnológicas. Não se demorou em revelar um dado estatístico muito a gôsto dos norte-americanos:

- Nossa literatura sobre a Universidade - informações, livros, aulas impressas, etc. - vai a 60 milhões de páginas por ano.

Mr. Baker descreve alguns melhoramentos da Universidade: o salão de Acústica, a Divisão de Belas Artes, obras no campus. O tempo se esgota.

Professor de História e Filosofia do Departamento de Educação, Mr. Glen C. Haskins lembra certa correlação existente entre a Universidade e o Colégio Americano de Pôrto Alegre. E continua:

- No comêço o ensino era particular. Esta Universidade, por exemplo, continua particular. Mas o Estado começou a preocupar-se com a educação do povo. De modo que, com intenções a princípio moralizadoras, idênticas às da Inglaterra, há um século, durante o governo de Lincoln, procurou-se dar ao sistema de ensino também sentido político. Procurava-se seguir a recomendação de Jefferson, para quem seria impossível ser livre continuando na ignorância. E assim surgiu a escola pública. Tudo isso, no entanto, passou por uma fase longa de experimentação. A maior parte do desenvolvimento cultural, em bases racionais, vem do comêço do século XX. Este

o resumo histórico da evolução de nosso sistema de ensino.

E arrematou: - Gostaria que os senhores fizessem perguntas.

O dep. Yukishige Tamura ~~foi~~ o primeiro a interpolar Mr. Haskins:

- A rigor, que vem a ser "sistema de ensino"?

- Em primeiro lugar, Mr. Tamura, temos de descer à origem do ensino, em sua estrutura funcional. Na época colonial, a Escola estava sob o controle da Igreja. Depois, a União passou a doar extensões de terra de sua propriedade a fim de incentivar os que desejassem criar escolas. Legislações posteriores criaram a tradição de que a educação seria sustentada pela arrecadação do imposto territorial. Nossa Constituição não diz que a educação está subordinada ao governo federal. Cabe, sim, aos Estados. Cada Estado tem suas Juntas Educacionais, com tantos membros; essas Juntas Educacionais são subdivididas em juntas locais. Não há sobre elas controle direto do governo federal, embora ele assista ao ensino indiretamente, incentivando, por exemplo, a criação de equipes em estudos especializados.

- Por que os Estados Unidos seguiram essa orientação fragmentária em matéria de educação? - indaga o dep. Dirceu Cardoso.

- Difícil responder ao pô d' letra a esta pergunta. Mas atribuo essa fragmentação, em parte, às condições geográficas e colonizadoras dos Estados Unidos. Expliquemos. Entre o Leste e o Oeste há 2.500 milhas. No passado havia o problema das distâncias. Daí o crescimento independente de cada região. E quando as leis educacionais começaram a atuar (num país essencialmente agrícola até meados deste século), já encontraram esse sistema heterogêneo.

Mr. Haskins relembra acontecimentos históricos:

- Outro fator importante: os imigrantes atraídos pela notícia da independência norte-americana, os imigrantes impelidos por Napoleão. O governo procurava acomodar-se às vontades desses cru

pos, reconhecendo-lhes os esforços em favor da educação.

O dep. Iacuá Cruz aparteia:

- Embora reconheçamos essa pluralidade de sistemas, em decorrência de um sentido de liberdade que remonta à fase colonial, não podemos deixar de observar que, ao lado dessa heterogeneidade de currículos há uma homogeneidade de ensino.

- O senhor tem razão, - afirma Mr. Haskins. Não se pode ver nessa mobilidade de técnica, de currículos, uma disparidade de ensino, como se um aluno em Califórnia não pudesse entrosar-se no sistema de New York. Na realidade, há semelhanças. Posso afirmar que o ensino nos Estados Unidos, apesar dessa divergência curricular, não fracassou. E não se pode esquecer que sofremos uma constante influência em nossa formação: o pragmatismo.

- Há tendências à unificação?

- É difícil prever, dep. Dirceu Cardoso. Num futuro remoto, creio que sim, mas preservando-se os princípios da liberdade de que somos tão conscientes, a partir de Jefferson.

#### Os dez mais em educação, no Texas

Mr. L.A. Roberts, Superintendente das Escolas, em Dallas, afirma que o órgão que dirige é especializado em problemas agrícolas.

- Não temos, a rigor, salas de aula. Qualquer pessoa com certos conhecimentos básicos de agricultura pode ser aluno.

Mr. Roberts desenvolve seu tema sobre problemas de educação rural no Texas tomando por base um esquema, cujos pontos principais apresenta:

- 1) melhoria da educação através da fixação e cumprimento de notas;
- 2) programas locais de reavivamento dos currículos;
- 3) melhoria do nível salarial dos professores (US\$ 4.400 anual).

ais para início de carreira);

- 4) melhoria do nível educacional dos professores;
- 5) melhoria das finanças escolares, visando a dotá-las de material necessário e indispensável;
- 6) criação de 600 escolas em todo o Estado;
- 7) aquisição de fundos municipais para as instalações escolares;
- 8) seguros especiais visando evitar reflexos negativos das ocasionais quedas na receita;
- 9) desenvolvimento da educação vocacional, principalmente no que se refere à defesa nacional;
- 10) formação técnica-profissional no setor agrícola.

Indaga o dep. Abel Rafael sobre o programa de extensão. Mr. Roberts esclarece:

- Esse programa é contínuo. Há um escritório permanente que prepara o pessoal nos diversos setores da especialidade rural.

Hora de almoço, não houve tempo para o debate. Mr. J. W. Sellers, Superintendente das Escolas do Município de Kaufman, não chegou a discorrer sobre o que realiza em seu setor distrital.

#### O problema racial visto por um professor negro

ESTAMOS sendo pontuais em nosso programa. Voltamos à sala de conferências. Dr. Ewell D. Walker, Assistant Superintendent of Schools in Charge of Personnel, diz que Dallas tem problemas.

- Nossa preocupação principal é resolvê-los sem antagonismos. Temos progredido no sentido de maior compreensão entre líderes negros e brancos. Mr. W. H. Smuth, que aqui se encontra, poderá esclarecer o problema dos homens de cor em Dallas, e, em sentido geral, em todo o nosso país.

Mr. Smuth inicia a exposição sem antes dar as clássicas boas vindas à Comissão. Diz que o problema racial hoje interessa não só aos norte-americanos, mas a todos os homens de formação cristã. É preciso resolvê-lo.

- O negro norte-americano - direi mesmo o negro, e não esse eufemismo homem de cor - tem problemas que estão ligados diretamente à educação, à habitação, ao emprêgo. - continuou Mr. Snuth. - Em muitos Estados, principalmente no Sul, as escolas são separadas. Mas a segregação, como fenômeno social e, de certa maneira, religioso, em decorrência da nossa formação calvinista, nunca mereceu o apoio da Constituição dos Estados Unidos. Acontece que os grupos interessados em preservar a segregação é que procuram provar a constitucionalidade das leis anti-segregacionistas.

Mr. Snuth prossegue:

- Aqui no Texas fôz-se o levantamento do número de escolas necessário com o fim de saber o que se poderia fazer dentro do espírito segregacionista, isto é, separando os negros dos brancos. Pois bem: constatou-se que se todo o ensino desse fosse separado, tal plano de construções, para atender à população estudantil, levaria o Estado do Texas à bancarrota.

Acende o charuto e continua:

- Alguns grupos mais avançados entregaram a questão racial à decisão da Suprema Corte. E tem esta se definido sempre contra a segregação. Daí ser ilegal em qualquer parte dos Estados Unidos o desrespeito às liberdades públicas do negro, embora cada Estado possa ter suas leis próprias. E porque têm suas leis próprias é que alguém pode argumentar que é inconstitucional - por considerar intervenção da União nos Estados - a decisão da Suprema Corte.

Informa que os negros vieram primeiro para os Estados Unidos, trazidos pelos espanhóis. Os brancos vieram depois no Mayflower, história de todos conhecida.

- O negro gosta dos Estados Unidos e acredita que será encontrada uma solução para os problemas raciais.

Volta a falar sobre a situação em Dallas e diz que recente pronunciamento da Suprema Corte permite a inter-relação racial, a partir da escola primária.

- Mas há outros aspectos que poderia, se o tempo me permitisse - e somos todos aqui escravos do tempo - esclarecer aos senhores. - Fala-se no problema da habitação. Onde o negro mora a propriedade se desvaloriza. Ora, pergunto eu, será o negro responsável? Por que essa prevenção? O negro compra a sua casa, instalando num bairro, que acontece? Os brancos vão saindo. É o comício da desvalorização. Tem culpa o negro? Por que não destruir, primeiro, o preconceito racial? Não será culpa do branco?

Somos todos ouvidos à exposição de Mr. Snuth. E o fato de estar ele tratando desses problemas numa escola do alto nível universitário, não revela o amadurecimento dos sentimentos anti-segregacionista?

- Nos meios rurais, - continua - era o negro quem fazia o trabalho mais duro. Os brancos, à proporção que foram crescendo, organizaram sindicatos urbanos e afastaram os negros. Outro aspecto importante, com referência à profissionalização, aqui mesmo no Texas. Só há quatro profissões nos colleges para acolher os negros, ao passo que há 60 profissões para os brancos.

- Muito teria eu de expor se tempo houvesse - afirmou Mr. Snuth. E conclui se oferecendo para responder às perguntas.

Pode a palavra o dep. Cardoso de Menezes.

- No Brasil, senhores, a discriminação racial é um crime. Sabemos que há três sistemas de racismo: o racismo prêto, da Nigéria; o racismo branco da África do Sul; e o racismo lusitano, onde as raças não se misturam, embora se admita a coexistência, dentro dos princípios cristãos.

Afirma o dep. Cardoso de Menezes que se tem interessado em observar esse problema nos Estados Unidos. E, dentre as opiniões ouvidas, alguns esclarecimentos não lhe parecem evidentes. Talvez Mr. Snuth pudesse esclarecer a origem da discriminação racial.

- Tenho ouvido dizer - continua - que o racismo decorre do medo que os brancos têm da concorrência social; de outros ouvi que

no Sul dos Estados Unidos a presença do negro provoca no branco um avivamento de lembranças de um passado remoto que levanta as forças inconscientes contra a coexistência social; e de alguns ouvi a informação de que subsiste um vago sentimento de superioridade dos brancos, idêntico ao racismo nazista.

Mr. Snuth acende outro charuto e prepara-se para responder:

- Não acredito que o medo da concorrência seja fundamental, mesmo admitido como mecanismo de defesa. No campo industrial, não vejo por que temer a presença do negro na sociedade anônima ... Talvez haja um medo remoto quanto às mudanças sociais.

- Quanto ao segundo ponto - prossegue - não creio que se deve invocar as camadas profundas do subconsciente para encontrar nelas qualquer complexo de culpa. E quanto ao que denominamos racismo, não se pode negar que o preconceito existe, dependendo da extensão que possamos senti-lo. Na verdade a questão é mais social e econômica.

O dep. Yukishige Tamura pede a palavra. Começa lembrando que sua primeira professora era uma negra retinta, negra de verdade:

- E tanto ficou em nossos corações como exemplo de uma sogunda mãe que nos sabia tratar e ensinar, que, impossibilitada de ensinar em avançada idade, oramos nós, seus alunos, que a sustentávamos. Quando morreu, teve um enterro a que compareceram seus antigos alunos, e mais ainda, em reconhecimento aos seus méritos, o próprio cônsul japonês.

Continuou: - Mas a minha questão revela certa curiosidade em saber quais as fontes que instruiram o senhor, Mr. Snuth, para a compreensão do problema da segregação e da inter-relação racial?

- Respondo agora. Sou um homem versado em sociologia. Conheço a necessidade de estabelecermos um sistema social que une e não separe os homens. E aqui lango a questão que frequentemente me ocorre: não seria mais interessante desenvolver um Cabo Canaveral

no sentido de aperfeiçoar as relações humanas? Se já nos convençamos de que uma terceira guerra mundial levaria toda a humanidade à destruição, por que não cuidarmos de viver sem antagonismos? Eu diria: por que não iniciar um aprendizado recíproco entre as nações?

A pergunta fica no ar. Há questões ainda. O dep. Lauro Cruz pergunta se os negros fazem parte das Juntas Distritais.

- Fazem. Temos 10.000 professores negros no Texas.

- Mas o negro tem livre seu direito de voto? - pergunta o deputado Dirceu Cardoso.

- Não se limita o eleitorado negro. Não há legislação específica tratando da matéria. Em teoria, o negro pode votar. Mas na prática a coisa muda de figura. E vou mostrar como. Se, em alguns distritos, para se aquilatar a capacidade do eleitor, pergunta-se a um branco qualquer questão fácil de sentido cívico - quem foi George Washington? em que Estado nasceu Abraham Lincoln?

- ao negro vão perguntar o artigo tal da lei tal, que é que diz, qual é seu texto. Então o candidato negro é eliminado por "ignorância" das leis eleitorais.

Usado o tempo de Mr. Snuth, recebemos dele um opúsculo Dallas at Crossroads, em que o problema da segregação é referido em linhas breves e objetivas.

Mr. W. L. Morris, prefeito de Kaufmann, a pouca distância de Dallas, diz que amanhã estará à nossa espera em Kaufmann High School.

O dep. Lauro Cruz faz perguntas sobre o funcionamento da Universidade. Mr. Baker informa que o Orçamento da Universidade é de 2 milhões de dólares. Matrícula, 5.000 alunos. A maior parte da receita vem dos estudantes: 750 dólares por aluno, embora o custo per capita seja de US\$ 1.200. A diferença - \$ 450 dólares - é preenchida por donativos de particulares, principalmente milionários texanos. Há 1.000 bolsas de estudos. 350 professores de tom

po integral. A média salarial é de 10 mil dólares por ano. São poucos os que percebem 15.000 dólares. Mr. Baker reconhece que os professores devem ganhar mais.

A conferência termina. Iá fora, nossos hosts nos esperam para o retorno ao hotel. Ficamos livres às cinco horas da tarde.

A noite tomamos jantar em casa de Mr. e Mrs. J. D. Francis. Dividido em três, o grupo brasileiro também janta nas residências de Mr. e Mrs. Ralph Baker e Mr. e Mrs. Julian Moor.

#### Kaufmann: escolas e fazenda

DIA 6 de abril. Saímos do hotel às 9 horas. Estábamos em Kaufmann uma hora depois. Somos recebidos pelo Superintendente das Escolas, Mr. Jimmy Phillips. Visitamos os cursos primário e secundário da Escola de Kaufmann, cidadezinha de pouco mais de 15 mil habitantes. Iá encontramos coisas que lembraram o Brasil: uma bananeira e um livro "Brazil, the Giant of South America". Tiragem do jornal local: 2.100 exemplares.

Também visitamos a Stard Brand Cattle Company, uma fazenda de 8.000 acres, 27 famílias, 2.000 cabeças de gado, 100 cavalos.

M A D I S O N

Miss Viola participa alterações no roteiro. Instruções recebidas de Mr. Xavier Bray diziam que Madison (Wisconsin) e Boston (Massachusetts) foram incluídos no plano de viagens.

Depois de um dia livre, sábado 7 de abril, em Dallas, dia seguinte partimos com destino a Madison, fazendo escala no aeroporto de Chicago. Do jato passamos para um Convair da North Central Airlines. Chegamos às cinco e quinze da tarde. Chove bastante. Em pouco tempo chegamos ao Lorraine Hotel. Estamos avisados de que às oito e meia, depois do jantar, seremos recebidos no Colonial Room do hotel à comissão de hosts de Madison.

"Os visitantes estão interessados, principalmente, nos trabalhos do College of Agriculture da Universidade de Wisconsin, mas também desejam conhecer outras atividades.", dizia o programa.

A reunião não dura mais de uma hora. O prof. Clodius, especialista em assuntos de Agricultura e Economia, dá as boas vindas em nome do College of Agriculture. E o prof. Alberto de Rosa, diretor do Centro Luso Brasileiro, saúda o grupo:

- Menos vinte e quatro horas e os senhores teriam dado maior relêvo ao que aconteceu ontem em Madison. Reunimos em simpósio cerca de noventa por cento de todos os professores de língua portuguesa nos Estados Unidos. E debatemos a necessidade de divulgarmos o português, de mostrarmos os pontos que devem ser visados pelos que o ensinam em nossas universidades e escolas secundárias. O Centro Luso Brasileiro, que tenho a honra de dirigir, está realmente concentrado nesse objetivo. Não quero ser visionário, mas acho provável a adoção da língua portuguesa como idioma obrigatório nos cursos normais de formação da juventude americana.

Informa ainda que, na véspera, havia retornado a Washington o

escritor Frico Veríssimo, convidado especial para participar do simpósio.

O dep. Lauro Cruz agradece a saudação.

- Bem que os senhores prenderam nossa satisfação em ouvir falar o português; e não só isso: a de saber que o português será incluído, breve, no currículo das escolas norte-americanas. Também sentimos idêntica satisfação quando estivemos em Stanford, Cakland, cujo centro de estudos sobre a América Latina e Portugal está a cargo do prof. Ronald Hilton.

A reunião não se dissolve depois dos discursos. Prof. Rosa narra detalhes do simpósio e Mr. Clodius, que está há três meses aprendendo o português, faz perguntas sobre Porto Alegre, cuja Universidade o espera para um curso sobre economia rural.

#### Campus, land grant e almôço

... DIA 9 de março. Estamos visitando o campus da Universidade de Wisconsin. Rápida parada no Stock Pavilion do College of Agriculture. Depois, no Bacteriology Building, assistimos a cinco minutos de aula do prof. Clodius. E a seguir, guiados pelo professor O. N. Allen, visitamos as dependências dos laboratórios.

Onze horas, estamos na sala de reuniões. O prof. Walter H. Ebling faz as apresentações do grupo ao Prof. R. H. Froker, que inicia a palestra.

- Que é Land Grant College? Esta pergunta me parece essencial à compreensão do que os senhores estão visitando. Por Land Grant College entende-se uma concessão do governo federal para a fundação de uma universidade, contanto que algumas condições sejam cumpridas. A cessão de terras é feita a estabelecimento de educação, eis o primeiro ponto essencial. Quarenta por cento de nossas universidades têm sido criadas na base do land grant. A de Wisconsin foi estabelecida em 1848; também o College of Agriculture na mesma época. Ambos instituídos antes de serem integrados no sistema

ma Land Grant.

Demora-se Mr. Froker em esclarecer o que se faz em serviço de extensão agrícola, em Wisconsin, com dados extraídos do trabalho The Wisconsin Extension Workers Handbook. Entre os itens principais de atuação, procura-se aplicar os mais modernos conhecimentos técnicos em: Administração de fazendas; Conservação e emprego dos recursos naturais; Vida familiar; Desenvolvimento da juventude rural; Experiência comunitária e desenvolvimento dos recursos naturais; Eficácia na produção agrícola; Mercado - distribuição e utilização dos produtos agrícolas; Negócios públicos; Liderança.

- Temos duas subdivisões importantes em nosso trabalho de Extensão Rural: Trabalho de Extensão Agrícola e Trabalho de Extensão de Economia Doméstica.

Prosssegue Mr. Froker:

- Para tudo o que realizamos, contamos com auxílio do governo federal e do Estado. Mas devemos reconhecer que muito devemos, em nossos êxitos, ao Departamento de Pesquisas.

- Pode o Serviço de Extensão Agrícola ser feito por homem (técnico) e mulher (assistente) ? - indaga o dep. Dirceu Cardoso.

- É assim que o fazemos aqui em Wisconsin.

- E o governo federal solicita pesquisas à Universidade ? - pergunta o dep. Lauro Cruz.

- O sistema land grant permite ao governo federal ôsses pedidos ao corpo técnico da Universidade. Por outro lado, a Universidade recebe subvenções particulares. Mas isso não implica em que as pesquisas do centro especializado sejam feitas para conhecimento particular. Tudo o que realizamos é de domínio público.

O dep. Yukishige Tamura quer saber área, orçamento e participação do Estado na receita da Universidade.

- A área da Universidade de Wisconsin é de 4.000 acres. Orçamento anual, US\$ 10 milhões. O Estado contribue com 40% das despesas, aproximadamente.

- E o problema do latifúndio ? - pergunta o dep. Iacuro Cruz .

- Não existe o latifúndio. Sempre há terra que é utilizada para alguma coisa.

- O Estado intervém proibindo o plantio ou tomando qualquer medida restritiva ? - interroga o dep. Dirceu Cardoso.

- Não. Há inteira liberdade. Liberdade evidentemente condicionada aos hábitos, à tradição, aos nossos costumes.

- Qual a repartição responsável pelos problemas agrícolas ? - pergunta o dep. Badaró Júnior.

- Temos a Divisão de Estudos Florestais.

O seminário continua. Mr. James Duncan, professor e técnico em agricultura, relata sua exposição sobre educação e extensão agrícolas.

- É um trabalho realizado na base de profissionais rigorosamente treinados. O agente de extensão agrícola exerce suas funções através de: a) contactos (accomeditics); b) fazendas; c) palestras e viagens; d) participação no meio do povo.

Revela que existem os clubes H (de homens e mulheres) treinados para os problemas do serviço de Extensão. Os Clubes H atuam por intermédio, inclusive, de organizações assistenciais a exemplo da Cruz Vermelha.

- Em 50 municípios, (counties) dos 72 do Estado de Wisconsin, há agentes do Clube 4 H. São jovens de 10 a 21 anos. O ensino é dado a cerca de 300 escolas públicas e também há cursos de economia doméstica. Os professores são treinados pelo Departamento de Agricultura e Extensão Agrícola. - conclui Mr. James Duncan.

Mr. R. J. Ponn é historiador. Antes da palestra, diz que uns 40 alunos do Departamento de Agricultura da Universidade de Wisconsin são latino-americanos.

- Em 1893, o primeiro economista rural (land economist) que se interessou pelos problemas da terra nos Estados Unidos foi também quem trouxe o primeiro programa de economia doméstica. Nesses estudos resultaram numa terrível praia - a das pesquisas - sem mui-

ta aplicação prática.

Mr. Penn não tem tempo suficiente de expor suas idéias sobre o desenvolvimento rural norte-americano. Estamos atrasados para o almoço, onde outros discursos teriam de ser pronunciados.

Depois das boas vindas por Mr. Froker, Diretor do College of Agriculture, Mr. Fred H. Harrington, vice-presidente da Universidade de Wisconsin, alude ao ensino do português e ao interesse de todos pelo Brasil.

- Quando indagam de nosso êxito no setor rural, digo sempre que ele se fundamenta em dois pontos de apoio: pesquisa e serviço público. Pesquisamos e realizamos.

Depois de esclarecer que recentemente o Centro de Pesquisas Agrícolas apresentou um programa visando ao aumento da produção agrícola, conclui:

- Para a manutenção de nossos estudos, contribuem o Estado e o governo federal: o primeiro para os estudos preliminares e o segundo para as pesquisas. Por outro lado, os alunos pagam 20% do custo total do curso.

O dean da Universidade, Mr. L. H. Adolpon, discorre sobre o Serviço de Extensão Rural, ligado ao programa de educação agrícola.

Com a palavra, o prof. R. L. Clodius. Prefere expressar-se em português, lembrando ter residido dois anos em Porto Alegre, quando, na qualidade de economista, ensinou economia agrícola na Universidade do Rio Grande do Sul.

Por fim, o prof. Alberto de Rosa refere-se ao Centro de Estudos Iuso Brasileiros:

- Temos recebido a colaboração de professores e escritores em nosso Centro.

Cita nomes. Érico Veríssimo, Moisés Vellinho, Viana Moog e Aurélia Buarque de Holanda.

O dep. Leuro Cruz agradece.

- Este grupo da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos

Deputados não é de discursos. Mas nessas oportunidades não se pode deixar de dizer que é um conforto sentir a presença do Brasil. Nas mãos das crianças de Kauffmann, nas proximidades de Dallas, vimos um livro que revela coisas do Brasil. Trata-se de Brazil, Giant of South America. Em Stanford, a Bolivar House é uma casa onde se vive o ambiente brasileiro. E agora éste Centro. Não há dúvida de que os estudantes norte-americanos podem conhecer melhor o Brasil dentro de suas universidades. Ainda há pouco, dizia o professor Alberto de Rosa que é preciso viver no Brasil para conhecê-lo; e também para conhecer os Estados Unidos é preciso nele viver. Senhores, não tinha intenção de fazer discursos. De modo que fica este registro, em nome da Comissão de Educação e Cultura, em reconhecimento aos esforços de quantos vêm se empenhando em revelar o Brasil aos estudantes norte-americanos; o Brasil que, juntamente com os Estados Unidos, participou da luta em comum defendendo, na última guerra, os princípios da Democracia.

Finda a reunião, visitamos o governador Gaylord Nelson no State Capitol. Às cinco da tarde tomamos o trem para Chicago. Não chovia. O lago estava em degelo.

CHICAGO

CHEGAMOS em Chicago depois de três horas de viagem. Dispensamos táxi e referimos o micro-ônibus. Na estação, estranhando a escolha, e certamente lembrando-se da chegada de grupos semelhantes ao nosso, um dos empregados da estação pergunta, curioso e suprêso:

- É uma banda de música?

Dia seguinte, 10 de março, no Institute of International Education, jornalistas do USIS (United States Information Service) entrevistaram os deputados da Comissão, solicitando-lhes impressões da viagem.

A seguir, no City Hall, fomos assistir a uma prévia eleitoral para a escolha de candidatos democratas para o Senado e a Câmara dos Deputados.

Universidade de Chicago

DIA 11, 10,30 horas, estamos na Universidade de Chicago.

Somos recebidos por Mr. Arnold Anderson, Mr. Donald Campbell e Mr. Hartung, que nos dão as boas vindas e se dispõem ao diálogo.

- Seria interessante conhecermos alguns dados preliminares sobre a Universidade - sugeriu o dep. Yukishige Tamura.

- Esta Universidade é das maiores, cabendo seja das melhores dos Estados Unidos. 6.000 alunos. Quando de sua fundação,

em 1890, graças ao auxílio financeiro de Rockfeller, a matrícula cai de 2.000 a 2.500 alunos. Universidade particular, não recebe nenhum financiamento do governo federal, a não ser quando a União solicita pesquisas - disse Mr. Anderson.

- Quais os com os de maior desenvolvimento da Universidade? - continua o deputado.

- O nosso Departamento de Matemática é um dos mais importantes dos Estados Unidos e do mundo. Há pesquisadores especializados em álgebra, geometria e estatística. Também editamos publicações destinadas a alunos de curso superior.

- Não existe propriamente uma Faculdade de Engenharia - intervém Mr. Hartung. - Ensina-se matemática e ciência puras e não aplicadas.

- Qual a filosofia que orienta os estudos da Universidade?

- Temos duas correntes que coexistem como orientação filosófica: pragmatismo e humanismo. É um erro supor que os Estados Unidos estejam negligenciando a importância da educação humana. Mas, em decorrência da formação social do nosso país, somos e temos sido pragmáticos. Haja vista o que acontece no setor industrial, o de maior influência sobre as novas gerações.

Mr. Hartung recosta-se e prossegue:

- Mas tudo o que fazemos não se destina à indústria nem é por ela influenciado. Sabem os senhores que temos em nossa Universidade o Instituto de Pesquisas Orientais? E que estamos procurando recuperar templos do velho Egito ameaçados de destruição pelas águas do Nilo? Compreendendo a preocupação dos senhores. Somos, realmente, um povo cheio de problemas, vinculados a diversas culturas. Não somos apenas humanistas ou pragmáticos. Não sentimos tendência para adotar apenas um ponto de vista único.

Informa o dep. Cardoso de Menezes que há no Brasil, nos últimos anos, certa preferência pelos compêndios norte-americano-s que tratam de matéria científica. E pergunta se há alguma correlação e entendimento ou mesmo intercâmbio com o Brasil, quanto à divulgação desses livros.

- Não há - diz Mr. Hartung. Creio que se deve essa procura à presença de inúmeros brasileiros neste e noutras Universidades. A Fundação Ford tem ajudado o intercâmbio com o Pequim e o Chile.

O dep. Lencir Vargas pede a palavra:

- A presença do Estado no campo educacional é um bem ou um mal?

Agora quem responde é Mr. Anderson:

- O governo federal sempre financia projetos específicos. De modo que não existe uma ajuda indistinta para todos as Universidades. Por outro lado, há tentativa no sentido de que o Estado venha a subvencionar as empresas particulares. Os católicos reivindicam auxílios para as suas escolas. As opiniões se dividem. O assunto não é específico, há séria controvérsia.

- Mas na opinião do senhor, a presença do Estado é um bem ou um mal? - insiste o dep. Lencir Vargas.

Mr. Anderson permite que Mr. Campbell responda.

- Há 300 anos o ensino era particular. Não havia, propriamente, educação pública. Em tese, as escolas particulares e públicas devem corresponder a um certo padrão de ensino. Acredito mesmo, num retrospecto dos últimos 50 anos, ter havido progresso nos dois setores, tanto público como privado. No ensino superior, as Universidades mais notáveis são particulares. Mas, de modo geral, o ensino me parece equilibrado.

- Procede a informação - pergunta o dep. Cardoso de

Menezes - de que o ensino superior é melhor do que a high education?

- Difícil responder - diz Mr. Campbell. Estudos comparativos vêm mostrando que o ensino secundário não é tão fraco.

- Isso depende também da escola - intervém Mr. Hartung. A tendência é uma melhoria no gabarito do ensino.

- Outra questão que me interessaria saber, - diz o dep. Cardoso de Menezes - como homem de rádio que sou: há alguma influência da política educacional em favor da elevação do nível instrutivo dos programas de rádio-televisão?

- Esse setor não se desenvolveu na proporção desejada. É muito limitada a elevação cultural pela televisão. O progresso é lento. - diz Mr. Hartung.

Com a palavra, o dep. Dirceu Cardoso volta a tratar do problema da filosofia educacional nos Estados Unidos. Alude à guerra fria entre a União Soviética e os Estados Unidos.

- Não estão essas pressões de sentido competitivo fechando aos norte-americanos o mundo da alma?

Mr. Anderson reconhece as pressões, de certa maneira positivas. Mr. Campbell completa-lhe o pensamento:

- Quando uma educação se torna importante para o povo, as pressões existem. Antigamente, havia o bem-estar individual; agora a preocupação é o bem-estar social. Mas não quer isso dizer que essa disputa internacional tenha diminuído a presença de poetas, pintores, músicos, romancistas, na paisagem cultural norte-americana.

- Pelo que entendo do debate - intervém o dep. Leuro Cruz - devemos situar em planos de realidade o que se está passando com a educação norte-americana. São as necessidades que têm determinado o avanço tecnológico. Ora, enfrentamos uma época

de exceção. De modo que a técnica está procurando atender às necessidades de se enfrentar êsses problemas. Não vejo por que considerar perigosa a distorção - no sentido de um desvio temporário das normas tradicionais - quando percebemos que essas pressões passam e a História toma seu curso normal.

- O senhor expõe com clareza nosso ponto de vista - afirma Mr. Anderson.

- A educação norte-americana visa a formar o cidadão americano ou cidadão universal? - pergunta o dep. Yukishigue Tamura.

- Cidadão americano e cidadão do mundo - diz Mr. Anderson.

O dep. Yukishigue Tamura tira de um giz e, no quadro negro, traça uma estrela e discorre sobre as qualidades físicas e psíquicas na formação do homem. - Este é homem integral, sentença.

- Interessante a exposição do senhor, mas tudo isso depende do homem. Aqui nos Estados Unidos nós procuramos dar desenvolvimento intelectual tanto quanto possível, deixando ao indivíduo a liberdade de ação.

Mr. Campbell intervém:

- Esse desenho me faz lembrar a concepção em voga, em 1918, sobre os sete pontos cardinais na formação do homem. Para mim, Lar e Igreja são mais importantes que a Escola, quando se trata de orientar o indivíduo em sua profissão e em sua vida.

- Essa filosofia de que estamos tratando, em seus aspectos morais, vem do Iluminismo do século XVIII - diz Mr. Anderson. Primeiramente, os conhecimentos básicos. Mas hoje a sociedade não se restringe a uma comunidade, a um país. A sociedade de hoje é o mundo. Logo, o americano está formando para o mundo ci-

dadaõs do mundo.

- Os dias de isolacionismo já passaram - sublinha Mr. Campbell.

- ... É nenhum outro país como os Estados Unidos fêz em favor de outros povos no setor do conhecimento. Temos um exemplo vivo: a própria AID (Agence for International Development ).

O dep. Bidaró Júnior indaga das principais realizações científicas da Universidade de Chicago, nos últimos 72 anos.

- Não sabemos - diz Mr. Anderson.

- Teríamos capítulos e escrever se contíssemos a contribuição técnica desta Universidade nos estudos sobre o átomo - intervém Mr. Campbell.

Pergunta o dep. Dirceu Cardoso:

- A contribuição do governo federal nessas pesquisas a quanto monta?

- 60 milhões de dólares por ano, aproximadamente - diz Mr. Campbell. Há muitos contratos de pesquisas.

- Quanto ganha um professor? - indaga o dep. Cardoso de Menezes.

- Varia de 13 mil a 25 mil dólares - responde Mr. Anderson.

Os ponteiros advertem que o tempo já se esgotou. Há uma sugestão de visita ao Museu de Ciência e Indústria de Chicago. Museu que é uma extensa e variada culé prática sobre os principais ramos da ciência. Também rápida a visita, uma hora, no máximo, incluindo almoço na cafeteria.

O Museu é um painel do espírito pragmático e inventivo dos norte-americanos. Queremos saber a história do telefone? Lá estão os diversos modelos, desde o inventado por Graham Bell . Queremos conhecer o funcionamento de uma mina de carvão? Compra-

mos por 25 cents uma viagem ao fundo da terra. Também se encontra à mostra, para visitação pública, o único submarino alemão a prisionado, pode-se dizer a maque, pelos norte-americanos, em águas do Atlântico. Por que não visitar o modelo da cápsula que conduziu Glenn ao espaço cósmico? Por dez cents e em menos de dez segundos uma máquina de complicada aparelhagem fabrica um souvenir de alumínio: um cinzeiro com inscrições da exposição permanente de Chicago.

Mas o avião para Boston vai partir dentro de duas horas. Deixamos o Museu de Ciência e Indústria de Chicago com destino ao aeroporto.

---

BOSTON

CONCORRIDA nossa chegada em Boston. É noite. Surpresa agradável: somos recebidos pelo cônsul Asdrúbal Pinto de Ulysséa, ex-funcionário da Câmara dos Deputados. Mr. Maybry Lewis, professor assistente de Antropologia Social da Universidade de Harvard, falando bom português, vem ao nosso encontro. Em poucos minutos estamos no Statler Hilton Hotel. Faz mais frio que em Chicago.

Temos apenas um dia em Boston. Um dia para conhecer a Universidade de Harvard. Impossível conhecê-la em um dia, sabemos, mas somos gratos pela gentileza de terem incluído Harvard, a posteriori, em nosso roteiro. Porque realmente seria de estranhar ir aos Estados Unidos e não visitar uma de suas grandes universidades. E Harvard, como Yale, é uma delas.

The First National  
Bank of Boston.

12 DE abril. 19,30 horas. O programa é apertadíssimo. Estamos na matriz do The First National Bank of Boston. Mr. Forrest Cranmer, da Carteira Internacional do Banco, apresenta-nos a Mr. Lloyd D. Brace, Presidente, Horace M. Chadsey, senior vice presidente e John A. W. Richardson vice-presidente do Banco.

O encontro é proveitoso. Há trocas de idéias sobre a situação financeira do Brasil. E perguntas sobre projetos de lei em tramitação. Fala-se em inflação, remessa de lucros, reforma bancária. E enquanto a conversa se desenvolve ao sabor do coffee

and cream, olhamos as linhas clássicas da sede matriz de um dos bancos de maior projeção na finança internacional. Os murais são motivos da conquista da América pelos ingleses. Algumas marinhas. Velhos e ousados brigues enfrentando um Atlântico do século XIX nem sempre tranquílo. Aqui e ali quadros da época da guerra de independência. Boston e sua baía cheia de veleiros. Boston antiga, começo de revolução que o velho Goethe considerou, em confidênciā a Eckermann, um dos grandes acontecimentos do século XVIII.

- Vamos a Harvard - lembra Mr. Kemasies.

Em Harvard

MEIO dia. Chegamos em Harvard à hora exata do almoço. Estamos em redor de mesas, presentes William S. Barnes, decano da Universidade, Diretor do Centro de Estudos Latino-Americano; Dr. David H. P. Maybury, professor de Antropologia Social; Dr. John N. Plank, assistente de professor de Política, especialista em assuntos da América Latina; Dr. Thomas E. Skidmore, research fellow de assuntos latino-americanos, Professor Francis M. Rogers, de Língua e Literatura Românicas, professor de Português em Harvard; Mr. Terence S. Turner, teaching fellow em Relações Sociais e Mr. J. Hampden Fobb, university marshal de Harvard.

Há discursos. O dep. Cardoso de Menezes fala em nome da Comissão. Lembra a presença do Presidente Kennedy nos bancos de Harvard. E elogia a recente escolha para embaixador no Brasil, do Professor Lincoln Gordon, especialista em assuntos latino-americanos e profundo conhecedor dos problemas brasileiros.

15,30, estarcos no Massachusetts Institute of Tecnology

gy (M.I.T.). Recebe-nos o dr. Max F. Millikan, Diretor do Centro Internacional de Estudos, que, depois de breve introdução sobre as finalidades do MIT, diz que se ocupa, presentemente, do que está no primeiro plano da pauta - a competição Estados Unidos x União Soviética.

- Também estamos estudando em detalhes a técnica soviética no setor da educação. Como Instituto especializado, também observamos o progresso da técnica no setor de transportes e comunicações internacionais sobre o comportamento social. Preocupamo-nos também em aumentar os níveis de desenvolvimento dos países econômica e subdesenvolvidos.

- Alguma pesquisa especial na América Latina? - pergunta o dep. Yukishige Tsumura.

- Por enquanto, África e Ásia têm sido nosso campo de estudos.

- De onde provêm os recursos para o financiamento dos estudos? - interroga o dep. Dirceu Cardoso.

- Em sua maioria, nossos estudos são financiados pelas Fundações Ford, Carnegie, Rockefeller. Ao todo, nossos quadros dispõem de 45 professores.

Com a palavra, o dep. Lauro Cruz alude ao fato de ser formado em Física pela Universidade de Física de São Paulo. E que um filho seu se formou no M.I.T. Daí a sugestão feita aos funcionários da A.I.D. para uma visita ao Instituto.

- Nosso desejo é que o MIT se interesse pelos problemas do Brasil. E quero crer que o Programa de Aliança para o Progresso tem um sentido de alta relevância social, pelos benefícios que representarão para nosso país.

Mr. Millikan agradece. lamenta a curta visita. Sorry, sirs. Levanta-se. Vai dar uma aula.

Em casa do cônsul

A NOITE estamos em casa do cônsul brasileiro Asdrúbal Pinto de Ulysséa. Com o lunch from home, na expressão da cronista social do The Boston Globe, somos recebidos. Há brasileiros no território brasileiro encravado em Boston: o cônsul de New Bedford, dr. Mário Bueno; Ayrton Pinto, da Sinfônica de Boston e sua esposa; dr. Roberto Santos; srs. Edson Silva, Benedito Silva, Carlos Costa e todos os deputados da Comissão. Conversa-se sobre um mundo de assuntos e novidades. Política brasileira. Posição do Brasil na ONU. O prestígio de Kennedy. O sistema de educação norte-americana.

Está encerrado nosso programa em Boston.

Para as senhoras Yukishige Tamura e Lencir Vargas e senhorita Cruz, foi escolhido um programa especial. Enquanto estávamos no Bank of Boston, elas visitaram o Museu Universitário e as flores de vidro do Harvard Botanical Museum.

Também em Harvard assistimos a uma demonstração no laboratório de línguas, em que se ensina pelos métodos mais diretos da audição. O prof. Francis M. Rogers mostra-nos uma das salas de aula. E não é som surpresa que notamos um dos volumes de estudo de português utilizado pelos alunos: Basis, Brasil Brasília, de Gilberto Freyre, o escritor brasileiro mais lido, discutido e estudado nos meios universitários dos Estados Unidos.

DE VOLTA A WASHINGTON

ESTAMOS de novo em Washington. Mrs. Galloway volta a participar do grupo e diz que à tarde a Comissão deverá expor seus pontos de vista sobre a viagem que acabara de fazer.

Relatório? Depois de um mês de viagens, visitas, conferências, apresentações a centenas de pessoas; depois de uma série de indagações, de respostas, de observações pessoais, de anotações à margem do que foi visto, resta a impressão final.

Mas a tarefa não nos parece fácil. As pessoas se acotovelam e se comprimem e se entrelaçam na memória. Onde ouvimos a - quella exposição sobre o ponto de vista filosófico da educação norte-americana? Em Los Angeles? No Texas? Em Chicago? Qual o professor que dissertou sobre o problema racial nas escolas? Quem nos expôs, em minúcia, a divisão entre high school, college e high degree?

Precisamos rever notas. Primeiro, um encontro entre os deputados. Mas não há tempo suficiente para esse encontro prévio. O dep. Lauro Cruz articula sobre o que se deverá dizer. E, por falta de tempo para um debate prévio - chegamos a Washington às onze horas e logo depois, às quatro, na sede do Banco Intercional do Desenvolvimento Econômico (BIDE) teríamos de discorrer sobre as impressões de viagem - decidiu-se que, dentro do tempo disponível cada um exporia suas impressões pessoais. Mais tarde, no Brasil, a Comissão, tomando por base o relatório de viagem, ofereceria sugestões e apreciações definitivas.

O deputado Lauro Cruz é o primeiro a falar. Estamos de novo em presença de nossos anfitriões, funcionários da Agency for International Development (AID). Quatro e meia da tarde.

- Em primeiro lugar - diz - a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados agradece o convite que lhe foi formulado em novembro do ano passado, por D. Eugene Delgado Almeida, para a visita que acabamos de fazer. Não há dúvida ter sido grande essa distinção para conosco. Pela primeira vez esta Comissão sai do Brasil para uma incursão cultural em território estrangeiro.

Vamos agora às nossas impressões. Surpreende-nos a obrigatoriedade de 12 anos de estudo, e que não acontece em países, mesmo considerados desenvolvidos, embora razões sociológicas dêem apoio à não aplicação do sistema duodecimal. Surpresa também constatar que 30% dos alunos saídos dos ginásios fazem o curso superior. E mais ainda: a seriedade com que se olha a educação. Basta lembrar depoimento de operários em San Francisco, na sede do Central Labor Council. Disseram que não pagam impostos com satisfação, é claro, mas que na aplicação desses impostos, no setor educacional, vêm os bons frutos da árvore boa.

Outro aspecto sobre o qual nos debruçamos curiosos: a descentralização do ensino norte-americano. Isso oferece oportunidade a que nos concentremos sobre esse sistema, de modo a podemos equilatar, num confronto com o nosso, que só agora começa a descentralizar-se, suas vantagens e desvantagens, suas possibilidades de vir a ser ou não aplicado.

E ainda teríamos muito sobre o que falar a propósito da ordem, da disciplina observadas. Ocasões houve em que surgiamos em plena aula; outras vezes à saída da escola; e algumas, cu-

rante o recreio. E constatávamos sempre o mesmo respeito à propriedade, como se tudo lhes pertencesse.

Para que maior exemplo de grandeza do sistema educacional do que constatar o alto nível de profissionalização resultante das chamadas escolas vocacionais? Dá-se um sentido novo às profissões. E cada um, sempre um profissional no exato sentido da palavra, ocupa seu lugar na sociedade. Não existe clima para as prevenções nascidas de fundos preconcebidos à propósito dessa ou daquela profissão. Um pedreiro é tão responsável e tão acatado quanto um professor, um engenheiro, um advogado, um comerciário, um guarda de trânsito, um portuário.

Claro que não houve tempo para entrarmos em minúcias. E seria essa a única restrição que poderíamos fazer ao programa que nos foi dado cumprir. A comissão organizadora quis que vissemos o máximo. Daí ter sido acelerado, puxado demais o trabalho realizado. E sempre nos faltava tempo para refletir sobre o que vímos e ouvimos.

Dá-se a sugestão que todo o liberdade de fazer. Para os próximos grupos seria bem interessante que sempre houvesse, ao fim de quatro ou cinco dias de visitas, um dia destinado a uma reunião, para que se recordasse ou se debatesse, à margem dos apontamentos, o que foi dado ver e ouvir. Como subem os senhores, estamos vindo de uma autêntica maratona de viagens, visitas e conferências. Muito conhecimento está acumulado. E alguns certamente encontram-se no campo mental do inconsciente, aguardando pedras de toque para serem lembrados.

Voltando ao confronto dos sistemas, quero crer que no Brasil o ensino secundário é mais extenso, no sentido de maior quantidade de matérias, que o ensino norte-americano. Nos Esta-

dos Unidos, não fomos suficientemente esclarecidos - porque tempo não houve para se aforir detalhes de pedagogia e didática - sobre se o sistema duodecimal poderia ser encurtado para onze ou dez anos. Qual a causa de se dar menos matérias em maior número de anos de estudo? Razões econômicas de desnível entre os dois países? Não podemos afirmar com maior estudo.

Eram essas, senhores, no breve tempo de que disponho nesta reunião - pois meus companheiros da viagem também desejam externar suas opiniões - minhas impressões preliminares. Mais uma vez, em nome da Comissão, agradeço a deferência do governo dos Estados Unidos, ao proporcionar a educadores e legisladores brasileiros, a visita que acabamos de fazer a que nesta reunião está sendo oficialmente encerrada.

x x x

O dep. Abel Rafael é o segundo a falar:

- Eu gostei de tudo o que vi. Apenas lamento o tempo curto para ver outros aspectos da educação. De tudo o que presenciamos, sentimos como os Estados Unidos dão valor autêntico a uma educação também autêntica. De passagem, afirmo ter observado que, nas escolas primárias, também nosso país começa a ser conhecido. Em resumo, reafirmo o que disse logo de início: gostei de tudo o que vi. Apenas teria achado preferível que, em lugar de um conhecimento vírio e extenso, fosse oferecida uma visão em profundezas de certos aspectos da educação e da cultura norte-americana. Este o reparo que não diminui a generosa oportunidade que nos deu o governo dos Estados Unidos de conhecer de perto seu sistema de ensino.

x x x x

O próximo depoimento é do dep. Yukishige Tamura. Depois do agradecimento breve, acrescenta:

- Gostaria de dar um esclarecimento sobre a palavra povo, ou seja, people. Em japonês, povo quer dizer forquilha. Significa esse simbolismo na escrita japonesa que homem e mulher só zinhos não se sustentam, não se estabilizam. Juntos têm força e poder. Juntos formam a base do que chamamos povo. Lição moral que encontrei aqui nos Estados Unidos em seu sentido mais elevado: a solidariedade. Basta ter visto de certo o respeito à lei, à ordem, à profissão, à propriedade. Vimos tudo em linhas gerais, panorâmicas, é certo. Mas vimos a riqueza do melting pot, da língua, do sentimento de amor à verdade, nos bens morais e materiais, ao que é belo. Sentimentos de amor à Pátria, à Bandeira, à criação, à ordem jurídica, à ordem política.

Lembro-me de referência ao Centro Pio XII pró Novo Mundo, em que a humanidade se divide em dois grupos: grupo do 1/3, que se alimenta e vive bem, e grupo dos 2/3 que passam fome e são subdesenvolvidos. Os Estados Unidos pertencem ao primeiro grupo. Mas o sentido de responsabilidade dos Estados Unidos os inclina a levar ao resto do mundo a prosperidade. É o que estamos vendo nos últimos vinte anos. Assistimos ao êxito do Plano Marshall; e agora estamos iniciando a aplicação do Programa de Aliança para o Progresso, do Presidente Kennedy. Tal a grandeza que observei aqui, nos diversos setores que visitei, que hoje posso afirmar: mandarei meu filho de doze anos completar seus estudos aqui nos Estados Unidos - concluiu o dep. Yukishige Tamura.

x x x

- Vimos grandes coisas - afirma o dep. Dirceu Cardoso - da escola primária à universidade. E pude compreender, no fim desta viagem, que os grandes acontecimentos históricos de nosso século - as guerras de 1914 e de 1939 - foram ganhos nas escolas americanas.

Citou nominalmente quantos acompanharam a Comissão no decorrer da viagem.

- Por quatro vezes senti lágrimas quando visitávamos as escolas, emoção nascida do simples confronto entre o que via e o que lembrava; entre a visão da prosperidade e a lembrança de nossas pobres escolas do interior. Forém, antes da preocupação material, em decorrência das riquezas naturais existentes, os Estados Unidos se preocuparam com a formação pedagógica. De modo que tudo o que existe aqui de grandeza nasceu nas escolas. Daí estarmos realmente deslumbrados com o que nos foi dado ver. E Deus queira possamos no Brasil, em futuro próximo, dar à nossa juventude o de que realmente ela necessita: mais escolas em condições perfeitas de tornar o aprendizado na infância e na adolescência uma base eficiente de preparo com repercussão por toda a vida.

x x x

Quem fala agora é o dep. Badaró Júnior:

- Geralmente quem alcança idade avançada, é tomado de intenso pessimismo. Comigo está ocorrendo o contrário. E esta viagem me deu oportunidade de acreditar nas gerações que estão se formando. Pertencemos a uma geração que lia o francês e o alemão. Minha formação, na qualidade de médico, se fez à sombra das medicinas francesa e alemã. Hoje estamos vivendo a era da medicina norte-americana.

Talvez em um ponto se possa admitir certa crítica. Existe nos Estados Unidos de hoje uma profunda preocupação com o progresso material. Mas não será isso decorrência do empenho de toda a nação em enfrentar o perigo das doutrinas totalitárias?

Peterno pleno de satisfação. E vejo aqui confirmadas as observações de meu filho, que se especializou em neuro-psi-

quiatria em Richmond, Virgínia.

x x x .

Por fim, o dep. Lenoir Vargas é quem resume suas impressões:

- Esta fala tem muito de pessoal sem nenhuma preocupação de querer tornar-se profundo. Temos notas coligidas pelo secretário da Comissão, das quais nascerá o relatório a ser aprovado e a seguir impresso e remetido aos senhores da AID. Em princípio, entendo que os elaboradores do programa não tiveram diante de si matéria muito fácil. Dar ao visitante uma visão panorâmica dos Estados Unidos é tarefa difícil.

Mas, o que vimos foi, na verdade, surpreendente. Saímos do Brasil no momento em que se ultimava intenso debate, de longos anos, em torno da escola pública e da escola privada. Ora, havia de nossa parte uma preocupação fundamental: ver o funcionamento desses dois sistemas nos Estados Unidos. E concluímos que, tanto um como outro atuam com intensidade. Este princípio saiu vitorioso no Brasil, nos termos de recente legislação votada, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Tenho para mim que uma instituição como o Junior College é matéria que deve merecer meditação. Porque sendo educação de ensino universitário é providencial no sistema educacional brasileiro. Apenas de vez em quando fico a pensar se, dentro do processo natural de o homem alcançar seus objetivos envidando menores esforços, o junior college não desviaria vocações para outros estudos do ensino superior, dada a facilidade com que essa instituição forma seus alunos? Além disso, desejava conhecer mais demoradamente, o funcionamento das escolas vocacionais no setor rural.

Renovo meus agradecimentos à equipe que nos acompanhou

durante a viagem: Mrs. Isabel Galloway, Miss Viola Brothers, chefe de grupo, e nossos intérpretes brasileiros Mr. Walter Kemsies e Miss Silvia Moraes.

Conclui desejando que outros grupos tirem o maior proveito dessa promoção da AID, no sentido de tornar os americanos do Norte e do Sul - mais conhecidos e mais amigos verdadeiros.

x x x

Ainda faltava ouvir o dep. Cardoso de Menezes. Mas já passava das seis da tarde. Era nossa última reunião. Também o último party. Depois, seria New York em três dias no Waldorf Astoria. E na manhã de 18 de abril estávamos descendo no Galeão e em Vira Copos.

.....

E para que tudo fosse constado nos anais da Comissão de Educação e Cultura, que por um mês se reuniu diariamente nos Estados Unidos, na qualidade de secretário, eu, José Augusto Guerra, lavrei este relatório que, lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Deputados que participaram da viagem.

Brasília, junho de 1962.